



**Leandro de Castro Benicio**

**Memórias Faveladas em Tempos de Repressão:  
As experiências de mobilização dos moradores da favela  
da Rocinha em torno do movimento associativo no  
período da ditadura militar até o final da década de 70**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro  
Outubro de 2021



**Leandro de Castro Benicio**

**Memórias Faveladas em Tempos de Repressão:  
As experiências de mobilização dos moradores da favela  
da Rocinha em torno do movimento associativo no  
período da ditadura militar até o final da década de 70**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela  
comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Andreia Clapp Salvador**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. Mauro Henrique de Barros Amoroso**

UERJ

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Leandro de Castro Benicio**

Graduou-se em Serviço Social na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 2015. É pesquisador membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/PUC-Rio).

#### Ficha Catalográfica

Benicio, Leandro de Castro

Memórias faveladas em tempos de repressão: as experiências de mobilização dos moradores da favela da Rocinha em torno do movimento associativo no período da ditadura militar até o final da década de 70 / Leandro de Castro Benicio; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2021.

100 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Favela. 3. Ditadura militar. 4. Movimentos sociais. 5. Mobilizações. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

À minha vó Maria, a mulher que mais amei nesta terra.  
A tua reza forte continua a ressoar no meu caminho de cura, nas  
encruzilhadas que nos colocam de prontidão a trabalhar pelo bem  
comum na luz da espiritualidade.

## Agradecimentos

Ao Bàbá Osódòsì, por ser a luz que preciso no meu caminhar, a força ancestral que carrego e que me alimenta de fé para que eu possa enfrentar os maiores desafios, para que eu possa encarar de frente todos os obstáculos, inseguranças e medos.

Adupé Òrìsà, por me fazer entender a essência de um caçador que age em silêncio, com estratégia, foco, equilíbrio, resistência e que com uma única flecha certa atinge o seu objetivo. Que eu seja sempre a tua flecha em movimento. Okê Arô, Bàbá Osódòsì!

A todos os Òrìsàs e a minha família do Ilê Alaketu Asé Awo Omi Yemoja, em especial, a minha Ialorixá Mãe Roberta de Yemoja, por todos os puxões de orelha, ensinamentos, cuidados, apoio e incentivo que foram fundamentais para que eu chagasse até aqui. A senhora é uma das muitas mulheres que me inspiram e me fazem ter forças para lutar pelos meus sonhos e objetivos maiores. Adupé Iyá! Adupé Família!

Aos meus mais velhos, amigos e amigas da Rocinha, este trabalho só foi possível porque vocês resistiram no passado e continuam até hoje dedicando toda uma vida para que a favela seja vista de uma outra forma, para que a nossa realidade seja transformada, os nossos direitos sejam garantidos, para que tenhamos lugar na história a partir de nossas vozes. Maria Helena, Martins, Firmino, Maria da Paz, Gonçalinha, Suely, Lucélia, Chica, Christiano, Oliveira, Roberto...

Ao meu orientador Rafael Soares Gonçalves, eu não tenho palavras para descrever o quão importante foi o seu apoio, obrigado por não me deixar desistir, por me mostrar sempre as soluções possíveis, por me ensinar os caminhos da pesquisa, por ser de uma forma tão plausível essa grande referência nos estudos sobre favela. Você foi para além de orientador, foi um grande parceiro neste percurso, sempre humanizando os processos, acolhendo em todas as vezes em que só precisava ser ouvido. Tenho muito orgulho de dizer que sou seu orientando. Gratidão!

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por representar para mim um espaço de constante aprendizado, por me fazer querer desbravar novos caminhos e entender que muitas vezes nós favelados só precisamos de oportunidades. Agradeço a todos que acreditaram e defenderam a importância da luta pela implementação da política de ações afirmativas na Universidade, na potencialidade que é acolher os moradores de favelas e periferias neste espaço, nos possibilitando ir fundo neste mar de conhecimentos, chamado PUC-Rio.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/PUC-Rio) por ter sido um importante espaço de acolhimento, diálogos e de trocas de experiências com grandes pesquisadores brasileiros e de outros países.

Aos docentes do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, o meu carinho e a minha admiração por todo o caminho de aprendizado, apoio e incentivo. Queridas professoras e professores, vocês me ensinaram os caminhos para que eu pudesse me tornar um profissional de serviço social de referência. E, para além disso, me apresentaram uma nova visão de mundo, que desde então mudou a minha relação comigo e com o meu território, a favela da Rocinha.

Aos professores Andréia Clapp e Mauro Amoroso, pelo incentivo e por todas as contribuições na banca de qualificação.

A toda equipe do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) pela acolhida e incentivo durante a realização da pesquisa.

À turma do mestrado 2019, em especial, Suzana, Carol, Luana, Thatyana, Felipe, Silvia, João, Patrick, Júlio e tantos outros. Agradeço muito pela oportunidade de troca, pela amizade, confiança e afeto nesse processo. Somos gigantes galera, vamos juntos desbravando novos desafios.

À minha família, em especial minha mãe e meu pai por todo compromisso que tiveram com a minha educação, mesmo em condições tão difíceis. Mãe, a senhora é a minha referência de mulher búfala. Pai, o senhor é o meu espelho de determinação e vontade de aprender.

Aos amigos e amigas especiais que durante as muitas conversas regadas a companheirismo, sugestões, apoio, escutas, sorrisos, lágrimas e críticas mostraram a importância de continuar acreditando na relevância desta pesquisa. Suzana, Edvaldo, Anne Marie, Luana, Kita, Magda, Carol, Eliane, André, Yasmin, Michele, Kevin e tantos outros, obrigado por toda a força que vocês representaram neste caminhar.

Ao amigo e também expressão de um grande amor, Gabriel Alves, encontrar você foi um grande presente, obrigado por me aturar em meio a episódios de crises, por segurar minhas mãos em todos os momentos, bons e ruins, por sempre me falar muito para além do que eu queria escutar, por ser verdadeiro e companheiro nessa troca. Amo você.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

Benicio, Leandro de Castro; Gonçalves, Rafael Soares. **Memórias Faveladas em Tempos de Repressão: as experiências de mobilização dos moradores da favela da Rocinha em torno do movimento associativo no período da ditadura militar até o final da década de 70**. Rio de Janeiro, 2021, 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como finalidade analisar as experiências de mobilizações dos moradores da Favela da Rocinha, a partir do movimento associativo no período da ditadura militar até o final da década de 70. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo e o percurso metodológico adotado voltou-se para a análise bibliográfica, documental e oral, o que possibilitou ampliar o conhecimento sobre as experiências vividas pelos moradores da Rocinha durante o período em estudo, formas de resistência social que tinham como principal estratégia as mobilizações organizadas pelos moradores, por meio das associações de moradores, com vistas às reivindicações por acesso aos direitos em torno de melhores condições de moradia, bem como a luta contra as eminentes ameaças de remoções e outras formas de repressão características da relação Estado-favela nesse período. Baseado nos estudos da história oral, durante a pesquisa de campo foi possível a aproximação com os sujeitos da pesquisa, a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, o que possibilitou o resgate de novos elementos da memória social de moradores que tiveram participação direta no movimento associativo e em outros espaços onde as mobilizações foram sendo organizadas no interior da favela, em resposta ao forte controle social exercido pelo Estado, sob a ótica dos militares. Um conjunto de instrumentos foram utilizados para o levantamento de dados da pesquisa, tendo como principais fontes o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, o acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha e a consulta de Jornais da época. Os dados documentais e orais permitiram uma melhor compreensão acerca das lutas faveladas, da dinâmica de controle adotada pelos militares nas diferentes esferas estatais e de suas ações como respostas ao dito “problema” das favelas no espaço urbano da Cidade, identificadas pela execução dos programas de remoções em grande escala direcionados a esses espaços. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a



preservação das memórias faveladas da Rocinha, da dinâmica de organização das estratégias de mobilizações e das lutas coletivas enquanto componente histórico. A pesquisa revela formas de resistência social e as reivindicações de direitos historicamente negados aos favelados, pois o movimento de voltar ao passado nos permite uma melhor compreensão do presente e da possibilidade de construção de uma agenda política que nos ajuda a pensar a favela que queremos no futuro, onde a prioridade é o direito por meio de políticas públicas efetivas, nas quais sejam garantidos espaços de participação popular e de escuta dos saberes e conhecimentos produzidos pela favela.

## **Palavras-chave**

Favela; Ditadura Militar; Movimentos Sociais; Mobilizações.

## Abstract

Benicio, Leandro de Castro; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **Memories Faveled in Times of Repression: the experiences of mobilizing the residents of the Rocinha favela around the associative movement in the period of the military dictatorship until the end of the 70s.** Rio de Janeiro, 2021, 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to analyze the experiences of mobilizations of the residents of Favela da Rocinha, from the associative movement in the period of the Military Dictatorship until the end of the 70s. for bibliographical, documentary and oral analysis, which made it possible to increase knowledge about the experiences lived by Rocinha residents during the study period, forms of social resistance whose main strategy was the mobilizations organized by the residents, through the residents' associations. , with a view to the demands for access to rights around better housing conditions, as well as the fight against the imminent threats of removals and other forms of repression characteristic of the State-slum relationship in this period. Based on studies of oral history, during the field research, it was possible to approach the research subjects, through semi-structured interviews, which enabled the rescue of new elements of the collective memory of residents who had direct and/or indirect in the associative movement and in other spaces where favela mobilizations were being organized inside the favela, in response to the strong control exercised by the State, from the perspective of the military. A set of instruments were used to collect research data, having as main sources the Information System of the National Archives, the collection of the Sankofa Museum of History and Memory of Rocinha and the consultation of newspapers of the time. Documentary and oral data allowed a better understanding of favela struggles, the control dynamics adopted by the military in different state spheres and their actions as responses to the so-called “problem” of favelas in the urban space of the City, identified by the execution of programs for large-scale removals directed to these spaces. It is hoped that this research can contribute to the preservation of Rocinha's favela memories, the organizational dynamics of mobilization strategies and collective struggles as a historical component. The

research reveals forms of social resistance and the claims of rights historically denied to favelados, as the movement to go back to the past allows us a better understanding of the present and the possibility of building a political agenda that helps us think about the favela we want in the future, where the priority is the right through effective public policies, where spaces for popular participation and listening to the knowledge and knowledge produced by the favela are guaranteed.

## **Keywords**

Shanty town; Military dictatorship; Social movements; Mobilizations.

## Sumário

1. Introdução	15
2. Contextualizando a política urbana para as favelas	24
2.1. A construção social das favelas como “problema” na cidade	24
2.2. A escalada de remoções e a repressão às formas de resistência favelada durante a Ditadura	30
2.3. Rocinha: breve histórico do processo de ocupação	37
3. A memória como instrumento de luta nas favelas: as experiências de mobilização política do movimento de favelados	42
3.1. A União dos Trabalhadores de Favelas – UTF	42
3.2. A Fundação Leão XIII e A Cruzada São Sebastião	47
3.3. A Federação das Associações de Moradores de Favela do Estado da Guanabara – FAFEG	51
3.4. A Associação de Moradores da Rocinha	54
4. A Favela da Rocinha em tempos de ditadura: as memórias faveladas de um passado ainda presente	57
4.1. A Rocinha pela fala dos sujeitos	57
4.2. A Rocinha e o convite à resistência favelada	67
4.3. Associação de moradores, controle policial e repressão política	73
4.4. Disputas entre as lideranças comunitárias da Rocinha	85
5. Considerações Finais	90
6. Referências Bibliográficas	94

7. Apêndices	98
7.1. Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista Oral	98
7.2. Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	99

## Lista de figuras

Figura 1 – Barraco de madeira no alto da favela da Rocinha	61
Figura 2 – Duas mulheres e uma criança carregam latas d'água na cabeça em uma localidade da favela da Rocinha	64
Figura 3 – Duas crianças e uma jovem carregam água em uma localidade da favela da Rocinha	65
Figura 4 – Linha de ônibus 546, saindo da Gávea para a Rocinha	66
Figura 5 – Mutirão dos moradores da Rocinha para a construção da Capela Nossa Senhora de Aparecida – Década de 70	70
Figura 6 – Recorte: documento 1	79
Figura 7 – Recorte: documento 2	80
Figura 8 – Recorte: documento 3	87

# 1

## Introdução

A ditadura militar de 1964 representou para as favelas cariocas um período de constante violação de direitos humanos, diante do aspecto violento das remoções forçadas, que atingiram em torno de 100.000 favelados na cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 1978). Nessa conjuntura, chama a atenção o caráter radical e com forte repressão aos movimentos associativos de favela, diante de um extenso programa de remoção que colocou novamente as favelas como espaços à parte da cidade e como um problema no cenário urbano.

Os desafios que as favelas traziam para a questão urbana durante o regime ditatorial, foram um tema comumente abordado pelos jornais da cidade, a partir do estigma de serem enxergadas como um fenômeno social e urbano a ser resolvido pela necessidade de sua erradicação. Segundo Brum (2012, p. 359), “A centralização política e administrativa do período da ditadura, por sua vez, traduziu-se numa maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros” o que possibilitou colocar em execução a política de ordenamento do espaço urbano em maior escala.

Durante a ditadura militar, as remoções foram as principais respostas para as favelas da região metropolitana da cidade, em especial as favelas da zona sul carioca, vizinhas dos bairros que passavam por uma crescente valorização, seguida de especulação imobiliária<sup>1</sup>(Gonçalves, 2012).

Nesse contexto, os moradores removidos eram levados de forma truculenta e sob condições desumanas para áreas distantes, sem infraestrutura urbana, acesso aos serviços públicos e oferta de empregos. As remoções marcaram a gestão de Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara entre os anos de 1960 e 1965. O ano de 1962 marcou o início de uma intensa política de remoções com o objetivo de extinguir as favelas.

Sobre o programa de remoções no contexto da ditadura, ficou evidente a arbitrariedade das ações nas favelas, o caráter autoritário dos aparelhos estatais ao

---

<sup>1</sup> Essa relação definirá a forma de gestão da cidade, uso e ocupação do solo, acesso ou não aos serviços públicos, legislação etc. Ver: Maricato (2015); Pestana (2018).

desconsiderarem qualquer forma de participação dos favelados, de escuta acerca dos seus posicionamentos e suas preocupações diante das medidas postas em execução (Pestana, 2008).

Portanto, a política de segregação espacial colocou em evidência uma nova relação entre Estado e favelas, por meio da repressão como lógica de atuação e subversão das resistências possíveis de serem organizadas, no interior das favelas como resposta às remoções. Diante das mobilizações dos favelados frente as tentativas de remoções, com a ditadura já em andamento no país, dirigentes do movimento<sup>2</sup> associativo de favelas se organizavam em torno das reivindicações pelo direito à permanência e urbanização.

Desse modo, os anos de 1969 e 1970 evidentemente marcaram um período de extrema arbitrariedade durante as ações que predispunham as remoções de favelas, momento em que ocorreram inúmeras prisões políticas, buscando à desmobilização de estratégias de resistências adotadas pelos favelados (Gonçalves; Amoroso, 2014).

As favelas passaram por um intenso processo de militarização, com as forças policiais subindo os morros, colocando em prática as blitzes, como eram denominadas as ações da polícia nas favelas nessa época (CEV-RIO, 2015). Do mesmo modo, a polícia política limitava a circulação dos moradores no entorno das favelas, sendo comum que favelados não pudessem frequentar determinados espaços da cidade.

Além disso, as forças de segurança chegavam na favela à paisana, em busca de possíveis grupos comunistas opositores ao regime ditatorial, que às escondidas, mediante constante ameaça de prisão e de morte, faziam suas reuniões no interior das favelas, na maioria das vezes organizadas pelos próprios favelados que militavam nesses grupos.

Durante a ditadura militar, a Rocinha passou por três momentos que foram marcantes na história das mobilizações e que evidenciaram a resistência favelada em meio ao regime ditatorial. Esses momentos estão divididos nas seguintes épocas: “tempo das enchentes”, “tempo do medo da remoção” e “tempo do mutirão” (Segala, 1983). Tais lembranças fazem parte do Livro, Varal de

---

<sup>2</sup> Ver: Mello (2014). Dissertação de Mestrado, intitulada: “Urbanização sim, Remoção Não” – A atuação da Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara nas Décadas de 1960 e 1970.



Lembranças, organizado pela antropóloga Lygia Segala em parceria com a União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR e publicado em 1983.

O livro faz um importante resgate das memórias faveladas, a partir dos diferentes tempos, as quais os moradores vivenciaram na favela da Rocinha. É interessante a análise de que as mobilizações ocorridas durante o período de ditadura, nos três momentos destacados por Segala (1983), representam de fato, um importante trabalho de construção de uma narrativa favelada possível para à época. Visto que, seria impossível um aprofundamento de um discurso favelado sobre o que de fato representou a ditadura naquela conjuntura. Portanto, as memórias faveladas sobre as experiências de mobilização em torno do movimento associativo no período da ditadura, se destacam como ponto fundamental de investigação.

O interesse por este estudo parte da minha própria realidade enquanto morador da favela da Rocinha, ativista das lutas faveladas pelo direito à cidade, assistente social com atuação no território e membro fundador do coletivo “A Rocinha Resiste”, com participação em outros espaços coletivos locais, como o movimento “Rocinha Sem Fronteiras” e o “Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha”.

O cotidiano na favela continua nos convocando à resistência, buscamos de diversas formas fortalecer a nossa luta favelada a partir de espaços coletivos, movimentos que são resultado de nossa auto-organização, já que o Estado não garante essa mesma efetividade por meio das políticas públicas e muito menos dos espaços de controle social, que se quer reconhecem e incorporam os coletivos favelados enquanto iniciativas que compõem a Sociedade Civil organizada no conjunto da Cidade.

Essa problemática sempre me incomodou, além disso, as associações de moradores<sup>3</sup>, sendo a mais representativa delas a UPMMR, com papel histórico nas mobilizações da Rocinha durante a década de 60 e 70, tornou-se um espaço limitado para a luta coletiva, de frágil poder de mobilização e reivindicação de direitos,

---

<sup>3</sup> A favela da Rocinha contou com três associações de moradores: (1) A União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha – UPMMR; (2) A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barcelos – AMABB; e a (3) Associação de Moradores do Laboriaux e Vila Cruzado - AMLV. A UPMMR continua sendo a associação mais representativa, até mesmo pelo histórico de ser a iniciativa mais antiga e atuante na Rocinha. Neste momento, a UPMMR funciona no mesmo espaço institucional da AMABB, que teve suas atividades encerradas nos últimos. Já a AMLV continua ativa.

com ausência de olhar crítico e distante de um apoio efetivo as bandeiras de luta históricas e emergentes da Rocinha. Esse espaço, tornou-se parte dos aparelhos de articulação do Estado na favela, em sua lógica de controle negociado<sup>4</sup>, gerando insatisfação, falta de representatividade e crítica às formas de atuação sem transparência e participação popular efetiva. Sem falar, nas questões que envolvem a gestão democrática das associações, e os diversos problemas em seus processos eleitorais. Assuntos que os moradores preferem não tocar, por se tratar de relações complexas e de disputas internas e externas à favela, reflexos da atuação do Estado e de raízes políticas calcadas no clientelismo.

Como resposta a esse cenário, outros espaços de representação favelada precisaram ser criados pelos moradores da Rocinha ao longo das últimas décadas, a fim de que a luta coletiva continue sendo um caminho para mobilização política e reivindicação de direitos, espaços que estejam alinhados com uma articulação que respeita os princípios de um projeto ético político que visa a transformação social da favela, enquanto espaço historicamente estigmatizado e marginalizado no cenário urbano da Cidade.

Portanto, o movimento de voltar ao passado, em busca de um aprofundamento sobre as experiências de mobilização favelada na Rocinha, com foco para o movimento associativo, com recorte temporal para o período de ditadura militar, foi também um exercício de análise deste contexto atual aqui apresentado, no qual costumamos falar que a ditadura na favela está longe de acabar; no país, continuamos vivenciando uma ditadura velada a partir da atuação de um Governo genocida, ultraconservador e sem compromisso nenhum com os princípios democráticos, com a justiça social e muito menos com a vida da população, que diariamente é desumanizada e de todas as formas é violentada pela desigualdade social que só aumenta, sob os efeitos mundiais da maior pandemia dos últimos tempos.

A busca por essas memórias é também um desejo de aprender com o passado, de tornar viva e ampliar as vozes faveladas que, nas décadas de 60 e 70, foram atuantes e buscaram a resistência social como caminhos possíveis de respostas à atuação do Estado militarizado na favela. Este exercício, além de ensinar, nos possibilita uma conexão com essas lutas passadas, que continua sendo

---

<sup>4</sup> Para maiores informações ver: Machado (2002).

um caminho no tempo presente, representando a construção e reconstrução histórica, das experiências de mobilização na favela da Rocinha, pelas vozes da favela. Certamente, esse movimento além de produzir um conhecimento relevante de caráter científico sobre o que representou a ditadura aos moradores da maior favela da cidade do Rio de Janeiro, traz também um forte grito de nossos antepassados favelados, de nossos mais velhos, que nos convida com coragem para sermos autores de nossas histórias, a memória da Rocinha resiste.

Durante o processo de pesquisa foi levantada a seguinte hipótese, de que não há muitos registros de memórias sobre o período de ditadura militar na favela da Rocinha, talvez pela característica repressiva do Estado e pelo medo que se tinha em abordar sobre as experiências vividas nessa conjuntura antidemocrática, de violência, perseguição e abusos de poder cometidos pela polícia política nas favelas cariocas.

Portanto, nesta pesquisa buscamos analisar as experiências de mobilização dos moradores da favela da Rocinha, em torno do movimento associativo durante o período de ditadura militar até o final da década de 70, a fim de que possamos ampliar o debate sobre o que representou a ditadura para as favelas cariocas, a partir da Rocinha. Além disso, buscamos investigar outras práticas do Estado militarizado sobre o cotidiano dos moradores de favelas, por meio do resgate de memórias de sujeitos que vivenciaram as experiências de mobilização na Rocinha no período em estudo.

Este estudo teve como escolha metodológica a pesquisa qualitativa, já que essa nos permite identificar e compreender as crenças, percepções e as narrativas dos sujeitos de pesquisa, essa abordagem nos possibilitou o conhecimento acerca da realidade vivida pelos sujeitos, a partir de suas vivências, pensamentos, sentimentos e laços de convívio presentes em seu cotidiano (Minayo, 2006).

Contudo a centralidade desta pesquisa tem como base metodológica principal os estudos da história oral, buscando a partir do resgate da memória social dos moradores da Rocinha, possibilitar a partir das narrativas faveladas a construção e reconstrução da própria história da Rocinha, não somente no período em estudo, mas também incidindo no tempo presente e futuro. Dessa forma, trabalhamos com as perspectivas de autores-chave que conceituam a categoria memória.

Entendemos a importância da memória individual e coletiva neste estudo a partir dos diferentes apontamentos que conceituam a sua relevância para o estudo das memórias constituídas sobre o espaço urbano, e a apontam como elemento essencial da identidade de um lugar, neste estudo estamos falando especificamente da favela e de seus moradores. Abreu (1988) defende que a memória individual tem papel fundamental para a recuperação das memórias das cidades, sendo essa, um instrumento fundamental para resgatar a identidade de um lugar.

Em se tratando da memória individual, Maurice Halbwachs (1990), sociólogo francês que se dedicou aos estudos das diversas formas sociais da memória, vai diferenciá-la da memória coletiva, segundo ele, há uma inseparabilidade do tempo e do espaço na memória coletiva, nesta o tempo só se materializa como algo concreto quando vislumbra a resistência de um espaço.

A historial oral é capaz de romper com a distância entre pesquisador e seus interlocutores, esse movimento também produz efeito sobre o conhecimento a ser elaborado a partir dessas memórias, tornando a experiência de pesquisa ainda mais genuína em seu processo de aproximação de uma determinada realidade. Concordamos com o pensamento de Thompson (1992, p. 137) que sinaliza a capacidade da evidência oral de transformar os “objetos” de estudo em “sujeitos”, tornando dessa forma a construção histórica um processo com sentido mais vivo, carregado de sentimentos por um caminho mais verdadeiro.

É importante termos a consciência crítica sobre o campo da historiografia, a partir da ideia de “memória enquadrada” (Polak, 1989), entendendo que há determinados grupos marginalizados ao longo da história que tiveram suas vozes silenciadas, sobre esses foi construída uma memória carregada de sentidos e de conservadorismo que se quer os pertencem.

Neste sentido, a história oral e a memória individual e coletiva ganham uma dimensão de poder e de capacidade de tensionamento e reconstrução da história. Dessa forma, pensar a história oral é olhar para a possibilidade de que as memórias que porventura tenham sido silenciadas, se configurem como um importante e radical instrumento político capaz de dá um novo sentido, por meio da construção e/ou reconstrução de histórias.

Portanto, foram essas as principais referências que nortearam as nossas aproximações com os sujeitos de pesquisa durante a realização deste estudo.

Agora partindo para o campo prático desse processo, precisamos falar sobre os desafios da conjuntura durante o processo de pesquisa. No momento de escrita deste trabalho, o mundo vem passando desde março de 2019, pela maior pandemia dos últimos tempos, em virtude do vírus SARS-COV-2 (Covid-19), com a triste marca de mais de 605 mil mortes, somente no Brasil.

A pandemia gerou uma crise humanitária e sanitária de proporções gigantes, situação essa que aliada ao histórico de desigualdade social das populações vulnerabilizadas, impactou diretamente as favelas e periferias do país. A covid-19 chega as favelas cariocas, trazendo um desafio ainda maior para os serviços de saúde pública e das demais políticas sociais, dada as características sociodemográficas das favelas e todo um histórico que torna o combate ao vírus ainda mais difícil nesses territórios.

Uma das principais marcas da pandemia, nestes quase dois anos, sem dúvidas foi o distanciamento social indicado pelos órgãos de saúde como uma das formas mais eficazes de frear a proliferação do vírus nas cidades. Por isso, “toda” a população do país teve que se adequar há uma nova realidade, buscando colocar em prática uma série de cuidados a fim de atender aos protocolos sanitários e de segurança. Nas favelas, a capacidade de colocar-se em distanciamento social não pode ser completamente colocada em prática, diante de uma realidade ainda marcada pela pobreza e desigualdade.

Apresentamos, aqui, parte deste cenário pandêmico para explicarmos os limites causados pela pandemia e os efeitos diretos na etapa de pesquisa de campo, na qual nos vimos impedidos de ter um contato maior com os nossos sujeitos de pesquisa. Por isso, todo um plano de pesquisa, que havia sido pensando, teve que ser reorganizado.

Neste estudo tivemos duas formas de levantamento de dados, divididas entre dados orais e dados documentais.

Dessa forma, o levantamento de dados orais e empíricos ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, pelas quais conseguimos entrevistar, entre o período de janeiro a março de 2020, o universo de cinco pessoas, sob o critério de terem participado de forma direta e ativa das experiências de mobilizações na favela da Rocinha durante o período em estudo. Criamos uma rede de entrevistados que foram indicando outras pessoas que atendiam aos critérios de

participação do estudo. Entrevistamos três homens e duas mulheres. Todos com idade acima dos 60 anos.

Três dos entrevistados moram até hoje na Rocinha, dois mudaram-se da favela para outros bairros da cidade. O contato inicial com os entrevistados foi realizado por telefone. Após uma primeira abordagem e apresentação do projeto de pesquisa e dos objetivos do estudo, marcamos as entrevistas. As cinco entrevistas foram realizadas de forma presencial, em espaços abertos, onde buscamos cumprir todos os protocolos sanitários. Ambos os entrevistados assinaram o termo de livre consentimento e esclarecido, autorizando a realização das entrevistas, bem como o uso dos dados orais produzidos a partir delas, para fins de atender aos objetivos deste estudo.

Já o levantamento dos dados documentais ocorreu a partir de dois acervos principais. Sendo o primeiro, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, no qual tivemos acesso aos mais variados fundos de notação que organizam um imenso banco de dados em formato digital e que puderem ser baixados diretamente da plataforma on-line do arquivo. Os dados foram baixados e organizados a partir do critério de proximidade com o tema de estudo e do recorte temporal para o período de ditadura militar. O segundo e último foi o acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha, no qual foi possível termos acesso aos relatos documentais, presentes nas vinte três edições do primeiro jornal da Rocinha (Tagarela), organizado pelos próprios moradores e que se figurou como um dos principais meios de comunicação favelada do período em estudo.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo o último, as considerações finais. O primeiro capítulo está composto pela Introdução da pesquisa, no qual apresentaremos os elementos principais que norteiam e estruturam o trabalho, ou seja, faremos uma breve contextualização acerca dos temas estudados. Explicaremos os motivos que nos levaram até a formulação do problema de pesquisa, o processo de investigação, o caminho metodológico da pesquisa que nos direcionou até as análises dos resultados e considerações, assim como apresentaremos a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo intitulado “Contextualizando a política urbana para as favelas”, compartilhamos parte do processo de construção social das favelas como “problema”, a partir da contribuição dos principais autores que discutem a Questão Urbana com foco para as favelas cariocas em sua relação histórica com a Cidade.

Além disso, apresentamos a escala das remoções de favelas durante o período de ditadura militar, momento em que Estado militarizado colocou em prática um plano de erradicação das favelas cariocas, buscando enfraquecer quaisquer formas de resistência favelada.

No terceiro capítulo intitulado “A memória como instrumento de luta nas favelas: as experiências de mobilização política do movimento de favelados”, fizemos uma breve contextualização das principais iniciativas que compuseram o movimento de favelas com atuação marcante e apoio nas mobilizações faveladas nos morros da cidade, a partir da metade do século XX até o final da década de 70. Por fim, faremos uma breve contextualização acerca do histórico da associação de moradores da Rocinha.

No quarto capítulo intitulado: “A Favela da Rocinha em tempos de ditadura: as memórias faveladas de um passado ainda presente”, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada, a partir das falas dos sujeitos e de suas memórias individuais e coletivas sobre as experiências de mobilização dos moradores em torno do movimento associativo durante o período de ditadura militar até o final da década de 70. Buscamos ampliar o debate sobre os impactos da ditadura sobre o cotidiano das favelas, a partir da análise de relatos orais e documentais que revelam uma outra face da atuação do Estado militarizado, com foco específico para a favela da Rocinha.

Por fim, nas considerações finais apontamos o resultado desse retorno ao passado a partir das memórias faveladas da Rocinha, buscamos compartilhar as impressões das análises realizadas, já que estas representam a construção de novos elementos de memórias sobre a favela, e por isso, incidem diretamente sobre o presente e o futuro. E, por fim, direcionam para um caminho de continuidade das mobilizações faveladas e da luta por moradia digna pela perspectiva do direito à cidade.

## 2

## Contextualizando a política urbana para as favelas

### 2.1.

### A construção social das favelas como “problema” na cidade

O espaço urbano é um campo de disputas. Essa afirmativa torna-se necessária quando analisamos a evolução ocorrida a partir do crescimento urbano com a complexa organização e ocupação da cidade, exemplificada por meio das soluções habitacionais estruturadas nos morros. As favelas já se manifestavam como uma forma importante de acesso à moradia nos anos 1930, o que permitia que parte da população das favelas tivessem acesso privilegiado ao mercado de trabalho e aos distintos recursos urbanos.

Nessa linha de pensamento, apresentaremos uma breve contextualização da política habitacional na Cidade do Rio de Janeiro, com o olhar para as favelas, buscando analisar as bases que constituíram a relação entre Estado e favelas cariocas, compreendidas, aqui, como forma de habitação popular na cidade. Em virtude da influência de diversos atores e do poder das elites da época, a consolidação de soluções estatais para as favelas teve efeito direto no cotidiano das classes populares, que buscaram, como solução para o problema da moradia, a ocupação dos morros da cidade.

Se as favelas eram uma espécie de solução possível aos seus moradores, elas rapidamente foram consideradas como um problema urbano, e tal entendimento acabou permeando as políticas públicas para esses espaços que assumiriam um viés abertamente remocionista nos anos 1960. Sobre o processo de urbanização da Cidade do Rio de Janeiro e seus efeitos no que concerne as habitações populares, Machado da Silva (2002), discorre:

No início da urbanização, o agravamento da falta de habitações populares foi abordado como uma questão sanitária e de disciplinamento da mão-de-obra, por intermédio de uma política de estímulos fiscais (isenções, abatimentos etc.) à construção de habitações proletárias. Entretanto, até por volta de 40, além dessas tímidas tentativas, a intervenção pública foi basicamente repressiva, orientando-se para uma “solução” do problema das favelas (e outros tipos de habitações degradada) através da erradicação física. (Machado da Silva, 2002, p. 226).



O Código de Obras (CO)<sup>5</sup> do Rio de Janeiro, datado de 1937, demonstrava o que já seria uma preocupação do Estado com o crescimento das favelas no tecido urbano, tendência que se confirma nas décadas seguintes, a partir dos primeiros dados censitários que vão incluir as habitações populares. Pela primeira vez a favela seria reconhecida por sua existência, tornando-se alvo de ações de administração e controle do seu crescimento (Valladares, 2000, p. 12).

Ainda analisando o marco legal do CO e seus efeitos sobre as favelas, o documento proibia a formação de novas favelas em qualquer área da cidade, a sua ampliação ou quaisquer obras de melhorias das habitações populares, mesmo naquelas já existentes. O artigo 349º do Código, o primeiro e o segundo parágrafo afirmam:

§.1 - A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto, não será absolutamente permitida. Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção. §. 2 - A prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e a execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. (Código de Obras do Distrito Federal, 1937, p. 47).

Com efeito, o CO estabeleceu às favelas um conceito jurídico que as associava à desordem, precariedade e ilegalidade (Gonçalves, 2013, p. 120). À favela, assim como os cortiços no início do século XX, restava apenas um caminho de solução, a construção de um plano legal de extinção, legitimado por um status jurídico que fosse capaz de conter o crescimento de novas habitações populares. Sobre os desdobramentos desse processo, Gonçalves (2013) destaca:

No fim das contas, as disposições do Código de Obras de 1937, congregando os diversos elementos da reflexão política sobre as favelas até então, tornam-se o ponto de partida de uma nova fase jurídico-política, que se traduz mais que por um recuo em relação à experiência pioneira inaugurada pela administração Pedro Ernesto. Esse código teve sérias consequências no dia a dia dos favelados, embora

---

<sup>5</sup> Decreto nº 6.000, de 1 de Julho de 1937. Prefeitura do Distrito Federal – Secretaria Geral de Viação e Obras.

nunca tivesse sido inteiramente aplicado pelo menos até os anos 1960. (Gonçalves, 2013, 122).

Durante o Estado Novo, mas especificamente na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), foram criados sob os holofotes das mídias apoiadoras da ditadura Varguista<sup>6</sup>, os primeiros conjuntos habitacionais que neste período ficaram conhecidos como Parques Proletários<sup>7</sup>. A construção dessas habitações, até então, reforçava a busca do Governo da época por erradicar as favelas, transferindo os favelados para os novos conjuntos habitacionais. De acordo com Pandolfi e Grynszpan (2002):

Inscrita no projeto maior do Estado Novo de construção de um novo homem brasileiro, a remoção dos moradores das favelas para os Parques Proletários significava transformar o favelado, então percebido como vadio, em alguém sério e trabalhador. Em 1941/1942 foram criados Parques Proletários em bairros como Caju, Gávea, e Leblon, para onde foram transferidos cerca de quatro mil favelados, de um universo de 130 mil. A seleção dos favelados que seriam transferidos obedecia a alguns critérios fundamentais, sendo dois deles a posse de um atestado de bons antecedentes e trabalho na Zona Sul da Cidade. (Pandolfi; Grynszpan, 2002, p. 242).

A transferência dos moradores de favela, era permeada por práticas moralizantes, que evidenciava o olhar que se tinha sobre os favelados da época. Ações de controle social já podiam ser percebidas, quando os moradores que iam para um dos principais conjuntos, o da Gávea, eram escolhidos de forma criteriosa. Havia nessas ações, a busca por construir uma relação entre trabalhadores e agora proprietários de uma outra forma de habitação, que não à favela.

Data do final dos anos 40 o surgimento de um novo tipo de conhecimento sobre a favela, desta vez oriundo de órgãos oficiais voltados para a coleta das informações. Esse novo tipo de saber vai possibilitar o redimensionamento do fenômeno favela, até então entendido como um problema de saúde pública, de estética urbana e/ou de assistência social. Muito embora o país viesse realizando recenseamentos gerais desde o final do século XIX, e o Rio de Janeiro, na condição de capital federal, tivesse em sua Prefeitura um Departamento de Geografia e Estatística, não existiam dados precisos sobre esse universo tão discutido das favelas. (Valladares, 2000, p. 22).

---

<sup>6</sup> Ver: Bittencourt (2012).

<sup>7</sup> Ver: Burgos (1998).

Nos anos 40, algumas favelas já tinham sido incluídas na produção de conhecimento a partir de dados populacionais<sup>8</sup> da época. Apesar dos aspectos em comum entre as favelas e demais formas de habitações populares na cidade, buscava-se modos de diferenciá-las.

O conhecido Morro da Providência, após 50 anos da sua existência contou com a participação em um recenseamento específico para o tipo de bairro e seus habitantes (Valladares, 2005). Anteriormente, nos recenseamentos oficiais de 1920 e 1940, o Morro teve a definição de “espaço provisório” não aparecendo ainda com as características reais de favela.

Dessa forma, a favela além do estigma que partiria de uma forma de moradia ilegal, seus habitantes na maioria das vezes eram vistos como grupos vadios, pessoas que viviam na desordem, ou seja, seriam um “problema”, que precisaria o quanto antes ser solucionado. Dessa maneira, fazia-se necessário conhecer mais sobre a realidade dessas habitações, garantir informações que pudessem fomentar intervenções futuras nas favelas. Essa hipótese é confirmada por Bittencourt (2012):

Além de contar o número de favelas, de barracos, de favelados, órgãos de pesquisas públicos ou privados elaboraram interpretações sobre aquela realidade, produzindo conhecimento para gerar ou justificar intervenções sobre as favelas. Assim apesar do discurso de neutralidade científica, mantido para instituir um lugar de autoridade para seus autores, os estudos falaram em nome dos mais diversos interesses, reforçando, por vezes, imagens sobre as favelas continuamente repetidas pelo senso comum. (Bittencourt, 2012, p. 24).

Vallares (2015, p. 77) afirma: “O Recenseamento Geral de 1950 e o texto de Guimarães (1953)<sup>9</sup> correspondem a um marco na história da produção das representações sociais da favela carioca”. A análise dos dados realizada por Guimarães foram centrais para uma definição de uma categoria geral de favela. Além disso, a qualidade na interpretação dos dados foi um importante registro da época, contribuindo para uma aproximação maior do campo científico, nesse caso a partir do conhecimento advindo dos dados censitários.

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto ver: Prefeitura do Distrito Federal (1949); Guimarães (1953); Goulart (1957); Valladares (2005).

<sup>9</sup> As favelas do Distrito Federal. Revista Brasileira de Estatísticas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953.

Em 1950, em 58 favelas, foram recenseados 169.305 favelados. Destes, 45.170 possuíam menos de dez anos de idade, 48.103 dedicavam-se aos afazeres domésticos não remunerados e/ou atividades discentes e, por fim, 11.130 encontravam-se em condição de inatividade. Na análise dessa inserção no mercado de trabalho, chama a atenção, em primeiro lugar, o número bastante reduzido de desempregados, possivelmente incluídos na categoria de inativos. Ainda mais reveladora é a observação dos dados daqueles favelados que estavam trabalhando. Subtraídos os três contingentes acima mencionados do total, encontramos a cifra de 64.902 favelados (38,3% do total) em efetiva atuação econômica remunerada. (Pestana, 2013, p. 37).

Portanto, os dados acima indicavam uma ativa participação dos favelados nas atividades econômicas da cidade, a partir da ocupação de postos de trabalhos, realidade que evidencia o quão contraditório se deu a construção do discurso sobre as habitações populares.

Do mesmo modo, se deu a busca por legitimar análises fundamentadas pela produção de dados “científicos” atribuídos às condições de moradia das favelas e aos seus moradores, associando pobreza a uma ideia de desajuste social, por meio da ilegalidade, vadiagem, desordem como plano de fundo para intervenções estatais carregadas de estigmas e violências.

Alguns grupos responsáveis por estudar as favelas, foram responsáveis pelo tom de repúdio às organizações das favelas e aos favelados que nelas habitavam, como é o caso do IPEME.

Os favelados mostram-se, em geral refratários à associação, mesmo para a defesa de seus interesses. É o individualismo e a instabilidade social que se refletem em todos os aspectos de sua vida”, defendia o instituto em uma de suas publicações. Nos textos, o IPEME avaliava ainda que outra importante ameaça à sociedade era que os favelados, tidos como incapazes de discriminar ideias, estavam se aproximando de doutrinas “exóticas” (comunistas), que, embora não compreendessem muito bem, poderiam ser prejudiciais ao incentivar a formação da consciência da desigualdade diante da proximidade da miséria com o luxo da cidade. (Bittencourt, 2012, p. 13).

Acrescenta-se, ainda, a noção de inferioridade psíquica apresentada pelo mesmo órgão, associada aos favelados. Análise que foi direcionada pela instituição segundo estudo<sup>10</sup> desenvolvido na época, correlacionando o baixo grau de alfabetização e cultura dos favelados como resultado de uma vida intelectual e imaginativa fraca.

---

<sup>10</sup> INSTITUTO de Pesquisas e Estudos de Mercado. A vida mental dos favelados do Distrito Federal. Rio de Janeiro: IPEME, 1958, p. 15.

Sabendo que a população das favelas em sua maioria era composta de pessoas negras, as narrativas criadas pelo IPEME em seus estudos, demonstram o caráter racista de suas análises sobre as favelas e os favelados, como podemos ver a seguir:

Partindo de pressupostos extremamente racistas – como, por exemplo, o de que o “subconsciente” do favelado “carrega[ria] não apenas as tendências surgidas do seu substrato étnico, mas também as que nasceram ao longo dos séculos ou milênios de uma vida ancestral rica em formas psíquicas sempre muito peculiares e amiúde antagônicas” – a pesquisa apresentava os favelados como avessos ao associativismo e incapazes de formularem ideias próprias, mas disponíveis para o recrutamento político de líderes e grupos vindo do exterior das favelas, em função de sua propensão à submissão à autoridade. Aos dos pesquisadores, particularmente preocupante seria o êxito dos comunistas nesse recrutamento, o qual, por ainda, ser constituído por laços frágeis, estava em tempo de ser revestido. Para tal, no entanto, seria necessário uma série de medidas: o afastamento do favelado dos bairros ricos – onde percebia, pelo contraste, sua situação social –, a facilitação do seu acesso à propriedade privada e o fornecimento de um correto direcionamento espiritual e intelectual. (Pestana, 2018, p. 55).

É possível identificar ainda a relação do IPEME com os setores imobiliários da época, o que facilita a compreensão e o interesse em erradicar as favelas, sobretudo, as que neste período estavam localizadas na zona sul da cidade, área que já despertava interesse do mercado de imóveis, em virtude da crescente especulação.

Ainda sobre o recenseamento realizado em 1957, segundo Gonçalves (2013, p. 177), o IPEME avaliou que os moradores das favelas situadas nos subúrbios teriam uma aspiração para vivenciar melhores condições de vida, ao contrário dos moradores da Zona Sul, apontados de ter uma tendência à vida vegetativa.

Tratava-se de regiões que demandavam muito mão de obra, mas que não eram alvo da cobiça do mercado imobiliário, e, por consequência, não objetivo de uma fiscalização frequente da prefeitura. Por sua vez, as favelas parasitas situavam-se, como por acaso, nas regiões que sofriam um forte processo de expansão do mercado imobiliário (a Zona Sul, e os bairros de classe média, notadamente o bairro da Tijuca e suas cercanias). Embora salientando a diferença no material utilizado na construção das moradias nas diferentes favelas, esse levantamento curiosamente omitiu o fato de que a fiscalização municipal era muito mais severa no tocante às favelas da Zona Sul do que nas outras regiões da cidade. Essas favelas não eram obviamente, mais precárias por causa de seus habitantes, mas em razão de uma presença mais ostensiva da prefeitura. Os interesses econômicos impediam formalmente a consolidação das favelas naqueles terrenos: estas estavam fadadas a desaparecer mais cedo ou mais tarde. (Gonçalves, 2013, p. 178).

Criada em 1947 pela Igreja Católica com o apoio do Estado, a Fundação Leão XIII tinha como perspectiva atuar nas favelas em um contexto de precariedade no acesso a serviços básicos, garantindo melhorias de infraestrutura urbana e serviços assistenciais na área da saúde, educação, apoio jurídico e questões urbanísticas. Para isso, criou os centros de Ação Social em várias favelas da cidade.

Em 1955, foi fundada a Cruzada São Sebastião pelo Bispo Dom Helder Câmara. A Cruzada São Sebastião também atuou nas favelas e tinha como objetivo reurbanizar todas as favelas da cidade até o quarto centenário da cidade, em 1965. Atuou em diversas favelas, mas sua intervenção mais importante foi a construção do Conjunto São Sebastião para reassentar parte dos moradores da favela da Praia do Pinto.

## 2.2.

### **A escalada de remoções e a repressão às formas de resistência favelada durante a Ditadura**

Não podemos discorrer sobre esse assunto sem antes analisarmos a conjuntura política da época. Carlos Lacerda é eleito o primeiro governador do recém-criado Estado da Guanabara (1960-1965). O início do seu mandato se voltou para a urbanização de favelas por meio da experiência de criação dos mutirões sob a liderança do Secretário de Serviço Sociais, Jose Arthur Rios. No entanto, a partir de 1962, Carlos Lacerda muda radicalmente sua política, substitui Jose Arthur Rios por Sandra Cavalcanti e inicia um grande processo de remoção de favelas com recurso estadunidenses do Fundo do Trigo.

Nesse período foi implementada uma política sistemática de erradicação das favelas.<sup>11</sup>, Gonçalves (2006) explica:

Em 1960, Carlos Lacerda, jornalista e candidato de oposição ao poder federal, foi eleito primeiro Governador da Guanabara. Visando estimular as atividades econômicas da cidade, ele requalificou as funções do espaço urbano: as zonas centrais foram, daí por diante, atribuídas ao mercado imobiliário, enquanto que os do subúrbio à indústria e à classe mais pobre. “Não se tratava mais de urbanizar as favelas, mas os favelados”, isso queria dizer limpar as zonas centrais de favelas em

---

<sup>11</sup> A política de remoções ganhara escala federal sob a influência dos militares a época. Para uma melhor compreensão sobre esse assunto, ver: (Gonçalves; Amoroso, 2014).

benefício do mercado imobiliário, utilizando frequentemente meios autoritários. (Gonçalves, 2006, p. 6).

Em consequência da atuação de Carlos Lacerda no Governo e de suas pretensões políticas, e divergências com o Governo Federal, a cidade do Rio de Janeiro adotou medidas repressoras de remoções<sup>12</sup> no tocante às favelas, como forma de encarar a questão habitacional nesse período. Ainda sobre este assunto, segundo Gonçalves e Amoroso (2014):

No tocante aos problemas habitacionais e, mais especificamente, às favelas, ele criou a Coordenação dos Serviços Sociais e a confiou ao professor José Arthur Rios. Este, por sua vez, voltou os seus esforços para medidas de urbanização de favelas, o que trouxe pesadas críticas por parte do mercado imobiliário, ainda mais porque o estado da Guanabara estava a ponto de receber um vultoso empréstimo dos Estados Unidos para instalar uma ambiciosa política de construção de casas populares. O Governador Carlos Lacerda acabou finalmente exonerando José Arthur Rios, em maio de 1962, e nomeando Sandra Cavalcanti, que teria como missão instaurar um vasto programa de erradicação das favelas. (Gonçalves; Amoroso, 2014, p. 2).

De acordo com Valladares<sup>13</sup> (1978, p. 39), os dados da Companhia de Habitação da Guanabara (COHAB-GB), aproximadamente 140.000 pessoas foram removidas de suas moradias em 80 favelas, o número de habitações em caráter de “barracos” removidos foi superior a 26.000 (apud Lima, 2016, p. 3). A política de remoções dessa época evidenciou a principal ação política direcionada a solucionar o problema das favelas, desafiando os diferentes governos a tomarem medidas concretas. As favelas eram consideradas, assim, um problema a ser erradico, conforme discorre Valladares (1978):

Essa visão da favela como problema, correspondia perfeitamente às medidas de planejamento urbano tomadas pelo regime autoritário brasileiro, que seguia uma tendência de destruição dos bairros ilegais, também verificada em outros países da América Latina. A lógica que inspirava tal raciocínio atribuía ao meio a

---

<sup>12</sup>Vale ressaltar, que as remoções não foram uma prática inaugurada no regime ditatorial. Mesmo antes da ditadura, as remoções já eram uma prática e uma direção apontada como “solução” para a maioria das favelas. De acordo com o historiador Mário Brum (2006), o período de maior dimensão das intervenções de cunho remocionista, entre 1962 e 1973, ficara conhecido como “Era das Remoções”. Para melhor entendimento sobre esse assunto, ver: Brum (2006).

<sup>13</sup>Segundo Valladares (1978), diante do apoio de recursos da Aliança Para o Progresso, e após 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação<sup>13</sup> (BNH), a gestão Lacerda foi responsável pela extinção de 27 favelas, removendo 41.958 pessoas.

responsabilidade pelos meios econômicos e sociais, percebendo o “problema” da favela exclusivamente da perspectiva habitacional. (Valladares, 1978, l. 3292).

Com o apoio da imprensa, o crescimento das favelas é noticiado em certo tom de alarde: “De vigário Geral até a Barra da Tijuca, contudo, não há quem não saiba que as favelas estão crescendo” (Jornal do Brasil, 1968). E as defesas pelas remoções prevaleceram de forma veemente. Diante dos deslizamentos, enchentes e mortes provenientes das chuvas ocorridas no ano de 1966, o editorial do Jornal do Brasil dá a seguinte notícia:

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto às favelas [...]. A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida. (Jornal do Brasil, 1966).

Em resposta às políticas de remoções, nas eleições de 1965, diante do apoio das classes populares, o candidato opositor a Carlos Lacerda, Negrão de Lima<sup>14</sup> (1965-1971) vence as eleições. Entretanto, sua vitória não foi o suficiente para pôr fim às inúmeras remoções.

É importante destacar que ditadura militar fortaleceu a abertura de caminhos para o projeto ideológico da remoção de favelas. O historiador Marcos Pestana faz análise desse período, a partir da leitura e perspectiva da teoria crítica, buscando compreender segundo o autor, a ideologia classista que há por trás das remoções e da própria ditadura. O autor discorre:

[...] é possível dizer que o golpe e a ditadura por ele instituída foram capazes de, por meio de um rearranjo amplo da forma da dominação de classes, (I) garantir a continuidade do remocionismo a despeito da evolução política específica da Guanabara, por meio da federalização das intervenções nas favelas cariocas; e (II) potencializar o emprego da coerção sobre os subalternos, viabilizando essas intervenções. Observada a questão desse ponto de vista, emerge de forma nítida o caráter marcadamente classista do regime instalado em 1964. (Pestana, 2014, p. 150 apud Lima, 2016, p. 6).

<sup>14</sup> Mesmo sendo opositor e de forma contrária ao seu discurso, a sua gestão terá como resultado o período de maior número de remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, passando inclusive o número de remoções do período anterior.



As remoções tiveram um resultado bastante contraditório enquanto atuação principal da política habitacional da época. A política de remoções na cidade do Rio de Janeiro teve efeitos contrários aos esperados (Valladares, 1978).

Desse modo, aponta-se que as próprias remoções contribuíram para o aumento da população nas favelas que não haviam sido removidas, já que muitos moradores após o processo de remoção, voltavam para as favelas por não terem conseguido arcar com os custos da nova moradia.

Muitos favelados perderam suas fontes de renda por causa da distância da nova moradia em relação ao centro da cidade e tinham que pagar o financiamento e as taxas dos imóveis. Assim dava-se o tom de uma política enviesada pelo acesso à propriedade. Sobre essa questão, Valladares fará a seguinte análise:

Tratava-se de uma política de acesso à propriedade, e não de moradia social de aluguel. As prestações pegadas pelas famílias removidas deveriam ser reinvestidas na construção de novas habitações, como garantia da continuidade desse processo. No entanto, uma parte considerável dessas famílias não pôde fazer frente a tais pagamentos, ou pagando irregularmente ou tornando-se inadimplentes, de tal maneira que o equilíbrio financeiro das operações foi comprometido. (Valladares, 1978, l. 3326).

A experiência da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades<sup>15</sup> (CODESCO), criada em 1968, foi a principal iniciativa de urbanização de favelas durante o período militar, destoando da política de remoções estimulada pelos militares, que criaram a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio<sup>16</sup> (CHISAM) para coordenar as remoções no Rio de Janeiro. Segundo Brum (2012):

Esse período trouxe uma mudança drástica na relação entre Estado e favelas: a partir de 1969, contexto ditatorial, a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes. O poder do voto, que anteriormente havia sido utilizado pelos favelados através de diversas estratégias de sobrevivência, estava bastante enfraquecido, e os favelados viam drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se

<sup>15</sup> A CODESCO foi criada com intuito de cumprir os seguintes desafios: (i) urbanizar os espaços públicos no interior das favelas, (ii) ajudar com recursos financeiros e técnicos os favelados, garantindo a reforma e ou construção de suas casas e (iii) prestar apoio no processo de regularização fundiária pela compra da terra, onde se situavam as favelas e a revenda de lotes aos próprios moradores ocupantes por preços acessíveis.

<sup>16</sup> De acordo com o discurso oficial do Governo, a CHISAM foi criada com o objetivo de coordenar a política de habitação do Estado da Guanabara. Segundo Gonçalves (2012), a realidade mostrou que o organismo seria responsável por conduzir uma intervenção federal na política urbanística do Rio de Janeiro.

contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas. (Brum, 2012, p. 358).

Para viabilizar as remoções, o Estado da Guanabara, segundo Gonçalves (2013) realiza algumas intervenções nas favelas para limitar possíveis resistências. Decide, primeiramente, controlar e taxar atividades comerciais a partir do Decreto de nº1668 de 1963, em segundo lugar oficializa as comissões de luz por intermédio da Comissão Estadual de Energia (CEE).

Essas comissões tinham como atribuição organizar a administração de energia nas favelas, pondo fim ao controle por vias particulares de moradores donos de pontos de luz e eram um contraponto político à influência das associações de moradores e, por fim, promulgaram o Decreto Nº 870 de 1967 e Nº 3.330 de 1969, regulamentando e controlando o funcionamento das associações locais de moradores.

O objetivo era dar condições para que o Estado pudesse exercer um melhor controle sobre os atores políticos internos das favelas, como os birosqueiros, associações de moradores ou comissões de luz.

De qualquer forma, a atuação das associações de moradores foi de suma importância para a mobilização dos moradores, e a luta política por meio da organização de seus presidentes, e de outras lideranças comunitárias que eram responsáveis por encaminhar aos órgãos do Estado, a reivindicação de serviços e obras de pequeno porte na favela.

Porém, a relação dessas associações com a administração interna de forma pontual nas favelas, e sua relação com o Estado e com as autoridades políticas, parece ter aberto um canal de diálogo e conquistas para a favela, com base no clientelismo político. Um estudo de Diniz (1983)<sup>17</sup> sobre as associações de moradores realizado em 1980/1981, e baseado em entrevistas com 103 presidentes de associações, aponta que a maior parte dos entrevistados mantinha contato sistemático com autoridades políticas, sendo esses principalmente de posição chaguista<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup>Ver, DINIZ, Eli. "Favela: Associativismo e participação social". In: BOSCHI, Raul Renato (Org.). Movimentos coletivos no Brasil urbano. Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 27-74.

<sup>18</sup>O termo utilizado na época para designar a forma como Chagas Freitas, Governador da Guanabara (1971-1975) e do Estado do Rio de Janeiro (1979-1983), utilizava a máquina pública estatal para obtenção de votos.

O período final da ditadura representou para os movimentos sociais<sup>19</sup> de favela a oportunidade de repensar sua atuação e organização política diante de um histórico de relações permeadas por políticas clientelistas que não apontam de fato para uma luta em prol da transformação efetiva da realidade vivida pelos favelados.

A igreja católica tem, como já mencionado anteriormente, importante participação na articulação comunitária dentro das favelas. Em 1977, surge a Pastoral de Favelas, reconhecida como articuladora desse novo tipo de associativismo. Essa experiência acontecia da mesma forma com outros segmentos no fim da ditadura militar, a partir das Comunidades Eclesiais de Base<sup>20</sup>.

Durante as articulações eram realizadas reuniões com os grupos de favelados, padres e leigos com objetivo de mobilizá-los acerca dos seus direitos. Apesar de inúmeras demandas para a favela, a questão central continua sendo o solo urbano, preocupação dos favelados que ainda estavam impactados com a ameaça das políticas de remoções das décadas anteriores. Em virtude disso, Brum (2011) aponta que:

Em 1978, a Pastoral criou o Serviço de Assistência Jurídica, conduzido por advogados ligados à Igreja, como forma de auxiliar as comunidades na luta pela posse da terra. O Serviço de Assistência Jurídica era entendido como fundamental numa época em que uma das principais lutas da sociedade se pautava pela volta ao Estado de Direito. A existência de tal Serviço não descartava a mobilização e a organização dos favelados, por parte da Pastoral, por intermédio de suas associações de moradores, pois “à medida que as organizações se fortalecem, surge o poder de reivindicação comum, a garantia da permanência, do uso, da posse e propriedade do solo”. Até 1981, a Pastoral de Favelas já havia sustado 17 ações de despejo. Para os agentes à frente da Pastoral (os “não favelados”, como padres, advogados, jornalistas), o apoio jurídico não excluía a mobilização da comunidade, mas, ao contrário, servia “para despertar nos destinatários da medida e na comunidade em geral, a necessidade de se organizarem”, considerando ainda que a entrada de um advogado da Pastoral seria “sempre feita através da associação de moradores ou qualquer organização similar”. Assim, a Pastoral indicava a necessidade de “formar comissões jurídicas da própria comunidade, se possível com assistência de advogado, senão só com os próprios moradores”. (Brum, 2006, p. 88).

---

<sup>19</sup> Ver os seguintes autores: Jacobi (1983); Jacobi (1987); Doimo (1995); Gohn (2011); Cortés (2018).

<sup>20</sup> Comunidades ligadas à Igreja Católica, incentivadas pela Teologia da Libertação o grupo teve atuação forte nos anos de 1970 e 1980 em diversas favelas do Rio de Janeiro e outras Zonas periféricas.

Diante dessa conjuntura há um forte debate acerca do papel da entidade geral que representava as associações de moradores das favelas na cidade, a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ). O centro desse debate estava na relação mantida pelas associações com organismos do Estado, por meio de correntes políticas que estariam cooptando lideranças comunitárias por meio de concepções e favores pessoais.

Fica evidenciado que as relações clientelistas sempre estiveram presentes na relação entre a Favela e os representantes do Estado, a favela na sua condição de espaço urbano ora negado, ora reconhecido acaba tornando-se alvo de políticos que visavam o controle do território para obtenção de votos, para barganhas que expõem a cultura política do nosso país diante dos grupos populares. Continuando o debate sobre a FAFERJ, Brum (2012) aborda o seguinte:

A partir das reuniões da Pastoral de Favelas, algumas lideranças de associações de moradores, como as do Morro da Coroa, Guararapes, Vidigal, tendo à frente Irineu Guimarães, do Jacarezinho, montaram, durante o primeiro semestre de 1979, a oposição à diretoria da Faferj. Em março desse ano, convocaram uma assembleia, elegendo uma junta governativa que marcou nova eleição para a diretoria da Faferj em abril de 1979, quando Irineu Guimarães, então, se tornou presidente da entidade. A antiga diretoria, presidida por Francisco Vicente de Souza, cujo mandato havia expirado em junho de 1978, realizou outra assembleia em março de 1980, empossando outra junta governativa e convocando nova assembleia para junho de 1980, que elegeu outra diretoria, esta presidida por Jonas Rodrigues, a qual chamaremos daqui em diante de Faferj 1. Tal processo gerou uma duplicidade Nº 6, Ano 5, 2011 72 da diretoria da Faferj, ambas tendo favelas de peso como parte de suas bases, situação que se arrastaria até 1982. (Brum, 2006, p. 97).

Logo após o clima de disputa identitária no interior da federação, que se transformou em duas, a divisão chega ao fim com a montagem de uma diretoria com representantes das duas FAFERJ's. Algumas associações descontentes com a decisão tomada criticam a proposta com a prerrogativa de que a base do movimento não teria sido devidamente consultada. Apesar das divergências presentes na relação dos presidentes das associações de moradores, a FAFERJ<sup>21</sup> era um canal importante de organização e canal de diálogo entre as favelas.

Já o movimento comunitário parecia passar por mudanças no seu interior, carregados por uma cultura de colocar a mão na massa, antes mesmo de cobrar do

---

<sup>21</sup> Itamar Silva, liderança do Santa Marta com importante atuação no movimento de favelas, em entrevista concedida ao jornal francês Le Monde Diplomatique faz uma breve análise sobre o papel da FAFERJ nos 1970 e 1980. “

Estado a presença efetiva, por meio de serviços de qualidade na favela. Nasceria o que ficou conhecido como um “novo associativismo”, em que as lideranças e os favelados passaram a reconhecer que a relação com o Estado deveria ser pelo viés do direito, e não mais por conchavos e concessões políticas. Abre-se um novo campo de atuação, observando de forma crítica e exigindo a integração da favela à cidade. Brum (2011) destaca que:

Um dos elementos que podemos buscar, que diferenciariam as formas de associativismo, seria a prática cotidiana, a forma de lutar para trazer as melhorias para as comunidades. Em outras palavras, a relevância dada à mobilização da comunidade, vista não apenas como um instrumento para a obtenção das melhorias na favela, mas de certa forma como um dos fins da associação, o aprendizado político daqueles que a associação representava. (Brum, 2006, p. 142).

Isso posto, apresentaremos um breve histórico do processo de ocupação da favela da Rocinha.

### **2.3.**

#### **Rocinha: breve histórico do processo de ocupação**

Na década de 1920, os donos da Companhia Castro Guidão passavam por uma profunda crise financeira, em busca de enfrentar as dificuldades comerciais, a família decidiu pela venda de bens ativos. Diante desse contexto, foi loteada a propriedade da companhia, localizada na Estrada da Gávea. O plano de loteamento da fazenda, conhecida como Quebra-Cangalha, contou com 81 partes que foram loteadas pela família Castro Guidão. Segundo Costa (2019):

Tratava-se de um empreendimento que pretendia vender numerosos lotes de dimensões variadas. Como é possível perceber na planta, esses terrenos margeavam a Estrada da Gávea, já sendo projetadas as ruas I, II, III e IV que cortavam a mesma via. É possível que os lotes em vermelho estivessem indicando que essas terras já estavam vendidas, enquanto os terrenos em azul, como se nota na legenda, ainda se encontravam como propriedade da companhia. Iniciava-se, com isso, uma nova fase do processo de ocupação daquele território já conhecido como o “lugar denominado Rocinha”. (Costa, 2019, p. 74).

De acordo com anúncios de jornais realizados na época, ficou evidente que o público para o qual pretendia-se vender os lotes, tinham o perfil de trabalhadores de baixa renda, nas informações sobre o terreno era comum ressaltarem a

proximidade com à rua Marquês de São Vicente, provavelmente essa seria uma estratégia da companhia para facilitar as vendas, situando principalmente os terrenos com maior proximidade ao comércio e transporte. Costa (2019) destaca:

Ao destacar que os lotes custavam 30\$ mensais, enfatizando ainda a possibilidade da venda a prestações, a empresa explicitava a facilidade do seu pagamento que poderia ser realizado em parcelas módicas. O anúncio destacava ainda que a localidade desfrutava de acesso ao transporte pelos bondes, embora tivesse que andar a pé chegando ao ponto em 20 minutos ou 5 minutos de carro, o que poderia interessar possíveis compradores que tivessem que se deslocar para trabalhar, atraindo assim pessoas de diferentes direções da cidade. O empreendimento era, portanto, voltado para trabalhadores de baixa renda, tanto os que já habitavam a região, como aqueles que por motivos diversos se deslocavam de outras direções da cidade. (Costa, 2019, p. 75).

A companhia Castro Guidão em um documento datado de 1936, quando a empresa já estava em situação de falência, foram divulgadas informações sobre a real condição de moradia daqueles que porventura quisessem se sujeitar as precariedades do terreno, sem serviços do poder público no local. Com isso, aos trabalhadores que ali foram habitar, faltava água, luz, esgoto e transporte público. Expondo essa realidade, Dona Guilhermina Coelho da Silva, moradora da Rocinha desde 1927, testemunhou as condições em que viviam os moradores que adquiriam o terreno na época:

Quando eu vim pra cá não tinha eletricidade, era lampião de carbureto. Do alto da Gávea pra cá era escuro. E aqui fiquei na minha mocidade. De menina, eu aprendi a ler e a escrever, tudo sem recurso de nada. Não tinha médico, não tinha armazém, não tinha padaria, não tinha nada disso aqui. Era apenas uma mata virgem pra gente andar e rodar. Se quisesse um peixe, vinha da Barra da Tijuca um homem a cavalo. Ele vinha e trazia, numa burrinha, dois samburás e a gente comprava lá fora, na rua. (Segalla, 1983, p. 41).

Desse modo, está dado que as condições de moradia naquele contexto eram realmente adversas. Uma característica importante sobre o perfil dos moradores da Rocinha nessa época foi em relação ao trabalho, ao que parece muitos eram funcionários de fábricas dos bairros vizinhos. Diante disso, um dos grandes desafios que se tinha era a mobilidade, o simples chegar até o local de trabalho. Dona Guilhermina ao ser perguntada sobre a fábrica ao qual trabalhava relata:

É. Pois ali. Na América Fabril, trabalhei vinte anos. Subia e descia o morro. Não tinha lotação, não. Saía de casa às seis horas pra pegar o bonde das seis e quarenta. Chegava na ponte da tábua quinze pras sete na hora que a fábrica apitava. Tinha que pegar o bonde lá na Gávea. Nós íamos pela Estrada da Gávea. Subíamos esse morro até o alto. Do alto a gente descia lá pela Rua 1. (Segalla, 2019, p. 43).

Nesse interim, ainda por volta de 1935, a Rocinha já demonstrava uma capacidade organizativa dos seus moradores, a época uma população bem mais reduzida em número de habitantes, porém tinha-se um considerável crescimento do processo de ocupação que nas décadas seguintes, tornaram-se mais evidentes, conforme apontam os dados censitários da época. Desse modo, os moradores da Rocinha por meio de um associativismo, que ainda não era o das futuras associações de favela, neste período, as mobilizações mais comuns ocorriam a partir dos clubes esportivos e espaços de lazer<sup>22</sup>, organizados em bairros vizinhos e/ou dentro da própria área hoje conhecida como favela da Rocinha. De acordo com Costa (2019):

Dessa forma, os membros dos clubes formados por indivíduos de poucos recursos que residiam na Rocinha e por operários dos bairros vizinhos apoiavam candidatos que se associavam às aspirações mais amplas de muitos desses trabalhadores, cuja base se amparava em interesses comuns aos sócios que integravam tais associações. Por essa lógica, ainda que em janeiro de 1935 Pedro Ernesto não tivesse tomado posse do cargo, o que ocorreria somente em abril desse mesmo ano, tais indivíduos afirmavam a legitimidade de suas aspirações junto à autoridade pública ao “solicitar uma audiência ao interventor” – cujo objetivo era o de pleitear a instalação de uma escola na Rocinha e a concretização do calçamento da rua D. Castorina. (Costa, 2019, p. 110).

Portanto, esse período demarcou uma forma de ocupação que já apontava para uma característica da Rocinha como território ocupado por operários, onde os moradores já buscavam por meio de organizações locais e das redes de solidariedades cobrar das autoridades públicas da época melhores condições de moradia a partir do acesso aos serviços públicos ainda inexistentes.

Já em 1944, desencadeou-se uma luta na Rocinha, contra a tentativa de desapropriação do terreno que hoje encontra-se a favela, por meio do decreto Lei 7.711, de 24 de janeiro de 1944.<sup>23</sup> De acordo com Costa (2019), a mídia carioca

<sup>22</sup> Associações voltadas para o lazer dos moradores da Rocinha e bairros vizinhos: Centro Cívico da Gávea; Clube Musical Recreativo Carioca; Carioca Sport Clube; Jardim Foot-ball Clube. Associações situadas na própria Rocinha: Liberdade Foot-ball Clube; Irmandade São João da Rocinha; Yolanda Foot-ball Clube; e o Esperança Foot-ball Clube. Ver: Segalla (1983); Costa (2019).

<sup>23</sup> Costa (2019).

reproduzia a partir dos jornais da época a notícia de que as autoridades municipais buscavam remover uma pequena comunidade localizada na zona sul da cidade; tendo como moradores, trabalhadores de baixa renda.

Cabe ressaltar que depois de um intenso processo de mobilização dos moradores da época, em busca de garantir a permanência na Rocinha, já que a área ocupada se constituía além da garantia de moradia, a de continuar morando nas proximidades dos locais de trabalho. Portanto, como fechamento desse momento histórico na Rocinha, o decreto municipal foi revogado no ano seguinte, durante a gestão do governador Henrique Dodsworth.

Dessa forma, a Rocinha foi passando por um processo de crescimento e expansão, no final da década de 1940 e já no início de 1950, os moradores que vivenciaram este período na Rocinha já apresentavam uma outra percepção do espaço, com relatos diferentes dos moradores mais antigos.

“Para estes novos habitantes, àquela altura já havia uma expressiva população instalada no local” (Costa, 2019, p. 154). José Benigno da Rocha, mais conhecido como o Zé das Joias, veio do Nordeste<sup>24</sup> para a Rocinha, quando perguntado se na Rocinha tinha pouca gente nessa época, ele atesta: “*Não, tinha muita gente já, seu Inácio. Em 52 não era como hoje, mas tinha muita gente. Não era como agora, porque agora é uma cidade*” (Segalla, 1983, p. 49). Em outro trecho de sua fala, ele afirma: “*O pessoal sofria demais porque já era muita gente pra condução que nós tínhamos. Era lotação. Não havia ônibus. Tinha também os bondes*” (Segalla, 1983, p 49).

Diante disso, a percepção sobre a favela no espaço urbano ganhou um novo contorno, pois esta passa ser problematizada na cidade como um fenômeno a ser encarado pelos aparelhos estatais. Sobre isto, Costa (2019) discorre:

Por outro lado, para os autores, a favela assume sua “denominação segregadora” na medida em que se torna um aglomerado expressivo, com alta concentração de pessoas e moradias precárias ao longo da década de 1950, tornando-se “visível e problematizadora” da perspectiva das autoridades – que passavam a formular políticas públicas com a finalidade de erradicar as favelas da cidade. Como resultado, a agência desse processo é atribuída ao Estado que, através do censo de

---

<sup>24</sup> Importante destacar que a Cidade do Rio de Janeiro passava por um período de Êxodo Rural, movimento migratório característico do início da década de 1950 no Brasil. Era comum nessa época que pessoas vindas principalmente da região nordeste do país, buscassem moradias nas favelas, como foi o caso da Rocinha.



1950, reconhecia oficialmente a Rocinha enquanto favela no espaço urbano da cidade, concepção que depois é reafirmada no censo de 1960. (Costa, 2019, p. 16).

Neste contexto de crescimento populacional que marca a década de 1960, os dados censitários desse período em um comparativo referente ao censo realizado na década anterior, impressionava pela extensão dos números. A favela havia crescido de 4.513 para 14.569 moradores, aumento de 200% da população. O número de domicílios também sofreu aumento, passou de 307 para 3.017 domicílios na favela.

### 3

## **A memória como instrumento de luta nas favelas: as experiências de mobilização política do movimento de favelados**

### **3.1.**

#### **A União dos Trabalhadores de Favelas – UTF**

Formada no Morro no Borel no início dos anos 50, a UTF é considerada um marco das mobilizações do movimento de favelados, em respostas as ações de despejos e tentativas de remoções que ameaçavam os moradores de favelas a época. Neste contexto apesar da política de remoções não ter sido considerada uma política ampla de Estado como viria a tornar-se nas décadas seguintes, ainda assim, as favelas se constituíam como espaços continuamente demarcados por ações de caráter judicial, demandadas pelos ditos proprietários dos terrenos ocupados.

Portanto, a UTF veio a cumprir um papel fundamental na resistência favelada às ações judiciais, legitimadas pelo aspecto jurídico das favelas como espaços ilegais no conjunto da cidade. Neste sentido, devemos ressaltar a figura importante, do advogado, Antoine Magarinos Torres, que propôs aos moradores do Borel que se organizassem no formato de uma associação. Segundo Gonçalves (2012):

Antoine de Magarinos Torres era oriundo de uma família tradicional do Bairro da Tijuca. Seu pai, Antonio Magarinos Torres, era desembargador do tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e jurista renomado. Antoine de Magarinos Torres havia participado de movimentos democráticos e progressistas, como os movimentos dos Intelectuais pela Paz e dos juristas democráticos. Exerceu grande influência nos movimentos favelados, até sua morte em 1966. É difícil estabelecer com precisão a natureza dos vínculos entre esse advogado e o Partido Comunista, mas ele foi frequentemente considerado como um “perigoso” militante comunista pela imprensa da época e pela polícia política. (Gonçalves, 2012, p. 153).

Deste modo, Magarinos tornou-se o principal agente mobilizador para indicação dos objetivos e reivindicações através da UTF (Lima, 1989). Além disso, foi a partir da sua capacidade de mobilização política dos moradores e de apoio jurídico as favelas em torno da luta por melhores condições de moradia, que Magarinos, figura importante rememorada como uma forte liderança no Borel. A

UTF organizava as suas ações por meio de atos, protestos, passeatas e assistência jurídica às favelas.

Uma importante característica da UTF foi sua capacidade de articulação através de núcleos em diferentes favelas. Além disso, se consolidou no movimento de favelas a luta com centralidade no estabelecimento de uma consciência de classe, reconhecendo o papel da classe trabalhadora na luta por moradia em uma dimensão para além da reivindicação de serviços pontuais nas favelas da cidade.

Como evidencia, pode-se observar no próprio nome da instituição o uso do termo “trabalhadores”, como uma forma de indicar o sujeito ativo, capaz de mobilizar outros, já que nessa linha de pensamento, a condição favelada faz parte apenas de uma particularidade dentro de determinações históricas mais amplas (Pestana, 2018).

Dessa forma, a UTF imprime a partir de suas ações a construção de uma narrativa crítica a ideia de marginalidade direcionada às favelas e aos seus habitantes. De acordo com Gonçalves (2012):

Não obstante o fato de que várias associações de moradores tivessem sido criadas no decorrer da década de 1950 – o que mostra, de forma cabal, maior coordenação política por parte dos favelados -, as reivindicações dessas associações assentavam-se com muita frequência sobre questões pontuais e locais, tais como a instalação de bicas d’água, a construção de uma escada, ou então a luta contra a ameaça dos despejos. [...] Depois do sucesso alcançado com a suspensão da expulsão dos moradores da Favela do Borel, e valendo-se da influência que passara a ter naquela favela, a UTF ampliou grandemente suas atividades, a ao estabelecer-se em várias favelas, transformou-se na primeira experiência de uma estrutura supralocal de favelados, que aspirava congregar todos os favelados da cidade. (Gonçalves, 2012, p. 154).

Foi a ampliação de suas ações e a construção de uma mobilização política em torno de questões sociais amplas, para além desses territórios, buscando o alcance de um número maior de favelas no espaço da cidade, que evidenciou a diferença da UTF, se comparada às experiências anteriores dos movimentos associativos com atuação nas favelas.

Como parte das exigências da UTF, era defendida a busca por centralidade de suas ações, a construção de núcleos de associados que pudessem congregiar todas as representações associadas do Borel e de outras favelas da cidade. Nessa linha, buscava-se fortalecer e ampliar a capacidade de organização dos trabalhadores favelados, com vistas as bandeiras de lutas, alvo das reivindicações. Neste sentido,

em seus estatutos a UTF definiu os seus objetivos de forma abrangente como podemos ver a seguir:

Art. 1º - A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (UTF) [...] objetiva congrega todos os trabalhadores, sem discriminação de crenças religiosas, credos políticos, ou filosóficos, raça, cor, nacionalidade ou sexo, para obtenção, por meio, de um mínimo de justiça social a todos prometida no artigo 145 na Constituição Federal.

Art. 2º - De imediato, a UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (UTF) procurará assegurar aos trabalhadores residentes em favelas ou a lavradores que cultivam terras devolutas, o direito de nelas prosseguir morando e trabalhando, defendendo-os contra as ações de despejo e outras, derrubada criminosa de suas moradias ou plantações, e contra atentados à inviolabilidade do lar, assegurando-lhes imediata e eficiente proteção jurídica. (UTF – Estatutos, 1958, p. 1-2).

Portanto, percebe-se a amplitude dos objetivos da UTF, ancorados pela busca e defesa da justiça social, norteadora da luta dos trabalhadores, discurso mobilizador que leva à organização de um movimento interfavelas, estratégia que fortalece as ações do movimento. A UTF por meio de suas ações tinha o objetivo de congrega os moradores de favelas em torno das diversas dimensões da luta urbana. A posse da terra, a reforma agrária, assistência médica, educação, urbanização, o direito a greve, dentre outras pautas, integrava as principais exigências do movimento. Bittencourt (2012) discorre sobre as pautas de luta da UTF:

[...] as pautas de lutas incluíam ainda: reivindicação de posse de terrenos em casos de usucapião; desapropriação de terrenos com proprietários legítimos para loteamento ou revenda aos ocupantes (por meio de “financiamento de Institutos a que pertençam os associados da UTF”); reivindicação de aforamento dos terrenos públicos; luta pela reforma agrária para evitar o êxodo rural; “luta pela promulgação de leis de aposentadoria com ordenado integral, fixação de salário mínimo condizente com as necessidades vitais, perfeita e rápida assistência social pelos Institutos, direito incontestável à greve, sem limitações inconstitucionais e pela educação primária e secundária obrigatórias e gratuitas”; e “urbanização das favelas e de outros conglomerados residenciais de trabalhadores”. Ao mesmo tempo, a associação se comprometia a promover assistência médica, organizar associações recreativas e prestar assistência jurídica para “defesa de suas liberdades, inviolabilidades do lar e de seus direitos trabalhistas”. (Bittencourt, 2012, p. 96),

No crescente de suas ações, várias favelas foram criando seus núcleos de trabalhadores favelados. Já em 1954, na reunião de oficialização da fundação da UTF, “estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores, e anfitriões

do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas:” (Pestana, 2018, p. 63). Sendo elas: Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Neto. Portanto, não demorou muito para que os Centros de Trabalhadores Favelados se organizassem pelas favelas da capital Guanabara, como mostra Pestana (2018) a seguir:

[...] mesmo em 1956, quando já estavam decorridos dois anos da Fundação da UTF, a entidade continuava a demonstrar fôlego, com a instalação de novas entidades de base, como nos casos do Morro da Catacumba, da favela da Baixa do Sapateiro e do Morro do Telégrafo. Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando a UTF registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade. (Pestana, 2018, p. 63).

Neste sentido, é importante destacar a articulação da UTF com outras instituições, como representantes de sindicatos da área têxtil e fabril, além das escolas de samba. Espaços esses, ocupados e mantidos por trabalhadores. Mediante a sua capacidade de articulação com atores de diversos setores da sociedade, a UTF destacou-se na construção de uma luta abrangente, por meio do diálogo com moradores de favelas, grupos de profissionais liberais não favelados, além de representantes políticos do PTB e do PCB (Bittencourt, 2012).

A relação da UTF com partidos políticos em meio a uma conjuntura política nacional efervescente com o suicídio cometido por Getúlio Vargas em 1954, e uma crescente tensão social representada pela ambiguidade dos projetos políticos distintos deste período, gerou uma série de tentativas de criminalização das ações da instituição.

A tentativa de intimidar e limitar as ações da UTF aconteciam sob o discurso repressor de que seus principais militantes eram aliados dos “inimigos comunistas” que buscavam continuar a subir os morros, mesmo com PCB em condição de ilegalidade. Contudo, a proximidade dos militantes comunistas com os morros da cidade já era uma atividade constante desde a década de 40, como efeito do período pós-guerra, contexto ao qual o PCB ganhou notoriedade e força política na cidade, organizando os “comitês populares democráticos” em diversos bairros populares e subcomitês em algumas favelas do Distrito (Gonçalves, 2012).

De toda forma, os líderes da UTF declaravam autonomia política nas ações do movimento associativo, ainda assim o apoio comunista era perceptível essa evidência foi manifestada por meio da ampla cobertura dada pela mídia da época, mas especificamente do jornal de influência comunista *Impressa Popular* às suas atividades. A preocupação com a capacidade mobilizadora da UTF foi tão grande que as autoridades da época chegaram a se pronunciar em virtude dos possíveis efeitos desta organização nas favelas. À época, o então presidente Café Filho afirmou que era preferível escutar que um batalhão tinha se organizado ao escutar que o povo revoltado desceria as favelas (Gonçalves; Amoroso Apud Coutinho, 1959, p. 19).

A UTF de fato, marcou a construção de uma nova identidade do movimento de favelas, capaz de fortalecer a luta por direitos nos morros da cidade a partir de seus diversos centros sociais, apresentando como principal característica a unificação das questões em torno do debate de melhores condições de habitação e aliado ao trabalho. Todavia, as atividades da UTF e do seu principal líder não deixaram de ser alvo de críticas. De acordo com Gonçalves & Amoroso (2010):

O relatório SAGMACS formulou, no entanto, duras críticas às atividades de Magarinos Torres, afirmando que ele tinha “práticas terroristas” de usar crianças e mulheres na frente das manifestações políticas para evitar a violência policial. Segundo o mesmo relatório, a UTF cobrava mensalidades e comercializava terrenos nas favelas e estava em conflito aberto contra a Fundação Leão XIII, forçando mesmo o fechamento do posto desta fundação na favela do Borel. O relatório afirmou ainda que Magarinos andava armado e mandava atear fogo nos barracos quando os moradores se negavam em comparecer às passeatas ou não pagavam as mensalidades devidas à UTF para o seu funcionamento. (Gonçalves; Amoroso; 2010, p.11).

Contrapondo este relatório, a figura de Magarinos tem suscitado estudos sobre a atuação do movimento de favelados neste período, a partir da UTF, que consideram as memórias sobre a importante atuação do advogado, mediante as ameaças de despejos nas favelas, via ações judiciais impetradas por setores do empresariado.

Apesar de ter sido a principal liderança na UTF, Magarinos não tinha a favela como lugar de moradia, informação essa que não diminui, o seu papel de mediador de uma classe social, a dos trabalhadores no conjunto da cidade, potencializando a força dos trabalhadores favelados por meio de mobilizações, com vistas as determinantes históricas que imprimiam à classe trabalhadora favelada,

além da exploração de sua mão de obra, a supressão de direitos no campo da habitação/moradia.

Em janeiro de 1957, a UTF começa a ter as suas atividades enfraquecidas, mediante as constantes batidas policiais que já ameaçavam e buscavam desarticular o movimento. Neste mesmo ano, a UTF teve suas sedes fechadas e alguns dos seus dirigentes foram presos. “A influência da UTF e de Magarinos declinou consideravelmente no início dos anos 60” (Gonçalves; Amoroso, 2010, p. 12).

Neste percurso apresentaremos uma breve contextualização dos principais movimentos que atuaram nas favelas sob a mediação da Igreja Católica no período em estudo, os quais corroboraram para o remodelamento das relações sociais em âmbito global. Nesse contexto, cuida-se observar a aproximação do governo clerical às questões sociais, no que se refere às classes operárias e a pobreza a qual essa se inseria. De tal importância, cuidaremos de elucidar esse processo como marco histórico importante na construção de novos referenciais que se pusessem a serviço das relações sociais dos operários nesse período.

### **3.2.**

#### **A Fundação Leão XIII e A Cruzada São Sebastião**

O século XIX e as inúmeras transformações das relações sociais pelo mundo, impactos da crescente industrialização e as inflexões que partiram do processo de urbanização das cidades europeias, aproximaram os mais diversos representantes do clero, em vista de um aprofundamento sobre as classes operárias e a sua condição de pobreza no contexto urbano.

Marco histórico, que demarcou a presença maior da Igreja em um processo de apropriação de teorias e práticas que pudessem pensar em novos paradigmas propostos a driblarem a relação dos operários, com sociedades opostas aos pensamentos e ideais cristãos europeus. A Encíclica Rerum Novarum (1891) marcou nitidamente esta aproximação, a publicação evidencia um conjunto de orientações da Igreja frente ao Estado neste período. Nesta mesma perspectiva, Freire, Gonçalves, Simões (2010) apresentam outro marco importante dessa relação:

[...] na virada do século XX, a expansão industrial nos países europeus contribuiu para o surgimento de uma reflexão aprofundada sobre o espaço urbano e, nela, um dos temas prementes era a questão habitacional. Inúmeras associações fundadas com o intuito de reagirem contra as condições insalubres da moradia operária tiveram, entre seus membros e fundadores, representantes do clero. (Freire; Gonçalves; Simões, 2010, p. 202).

Na década de 40, a Igreja em seu movimento de pensar as relações sociais a partir de um olhar de análise sobre a pobreza e o papel dos católicos na dinâmica social, passou a ser influenciada pelos estudos empreendidos pelo Frei dominicano, de nome John-Joseph Lebrecht. O mesmo, fundou em 1941, o movimento Economia e Humanismo, com revista sediada em Paris, além disso uma editora e uma livraria com o mesmo nome.

Lebrecht introduziu de forma pioneira, um extenso material de pesquisas realizadas em países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina, que tinham como objeto central de análises, a pobreza e a desigualdade como recorte temático a ser pensado no campo religioso sob aspectos que pudessem nortear o papel da Igreja e de outros atores para um campo de ações nestes locais. Freire, Gonçalves, Simões (2010, p. 204) apontam a crítica de Lebrecht aos ideais de desenvolvimento, seguido de seu pensamento que “para intervir sobre os infortúnios que afligiam os homens, dizia que era preciso conhecer suas causas, estudando as pessoas e os complexos econômicos-sociais nos quais elas estavam engajadas”.

Neste contexto de crescente envolvimento da Igreja Católica com as questões relacionadas as condições de moradia das classes populares, em 1947, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, sob o ideal de “subir o morro antes que os comunistas desçam”, ainda na curta gestão de Hildebrando de Góis, a prefeitura por meio da articulação com o então, Cardeal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, através do Decreto Presidencial 22498 de 22/01/47, decide criar a Fundação Leão XIII.

A Fundação Leão XIII de fato pareceu uma resposta em oposição aos adversários comunistas, que vinham fortalecendo suas mobilizações com forte apoio das classes populares nos últimos anos. Sendo importante ressaltar que ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro foi colocado na condição de ilegalidade. Além disso, a Fundação Leão XIII foi parte de uma estratégia da Igreja de buscar maior autonomia frente à municipalidade (Freire; Gonçalves; Simões, 2010). Sobre



o seu papel, a Fundação atuou buscando contribuir para o aumento da oferta de serviços públicos (saúde, educação, assistência social, saneamento básico e energia elétrica) nas favelas. De acordo com Brum (2006):

[...] a Fundação Leão XIII trabalhava com a perspectiva de medidas a médio prazo, que promovessem moralmente os favelados, cabendo à Fundação dar assistência moral e material a estes [...]. Para isso, a Fundação encarava a promoção social dos favelados como uma necessidade premente à urbanização das favelas. Isto significa que, na visão da Fundação, apenas a urbanização não serviria, sendo necessário uma transformação na mentalidade do favelado. Assim, antes mesmo do decreto do governo federal que criou a fundação, já existia um Centro de Ação Social na Favela Barreira do Vasco, que serviria para desenvolver diversas atividades com função de que instruir moralmente os favelados. (Brum, 2006, p. 57).

A Fundação Leão XIII, já em 1962, teve a sua forma de atuação nas favelas alterada em virtude de sua integração ao aparelho do Estado. Sabe-se ainda que as iniciativas da Fundação nem sempre tiveram apoio dos moradores, por conta do viés moralizante de suas ações no interior das favelas, e de uma posição que demarcava a busca por controle nos espaços de reivindicação e mobilização. Prova disto, é a forma como a Fundação, exercia controle sobre as associações de moradores que deveriam se reportar a iniciativa. Ainda sobre uma análise crítica da atuação da Fundação Leão XXIII nas favelas, Pestana (2013) discorre:

Mesmo com as dificuldades no estabelecimento de atividades políticas mais abrangentes, o espaço das próprias favelas foi tornado palco de importantes conflitos, muitos dos quais tinham a própria Fundação Leão XIII como antagonista dos moradores. Tais contendas parecem ter alcançado maior desenvolvimento nos locais e momentos em que a Leão XIII tentou impedir a realização de obras de melhoramento em barracos favelados, tomando para si a tarefa de fiscalizar a aplicação de uma das disposições do Código de Obras, que tornava ilegal esse tipo de intervenção, bem como a construção de quaisquer novos barracos nas favelas existentes. As respostas dos favelados a esse tipo de proibição podiam assumir formas mais discretas, como a realização noturna desses melhoramentos, ou a organização coletiva para contraposição à Leão XIII, como ocorreu na fundação da União de Defesa e Melhoramento da Barreira do Vasco. (Pestana, 2013, p.152).

Portanto, a Fundação Leão XXIII não pode ser entendida como uma iniciativa que esteve de fato ao lado dos favelados e de suas reivindicações, sem que sejam analisadas as tensões presentes nesta relação, já que em vários momentos de sua atuação, a fundação teve forte influência do Estado em sua dinâmica que direcionava para uma espécie de mediação e busca por controle a partir de suas atividades nas favelas em que esteve presente.

Em 1955, outra iniciativa ligada à Igreja Católica, mais notadamente ao popular bispo auxiliar da Guanabara, dom Helder Câmara, a Cruzada São Sebastião buscava por meio de suas intervenções nas favelas, a resolução de questões ligadas à urbanização, com isso, trazendo o discurso da humanização sob a égide do cristianismo.

Neste período, foi nítida a busca da igreja para intervir no que seria a resolução das condições de pobreza encontrada nas favelas. Para isso, havia a defesa de um diálogo entre as classes. Seria esse também mais um contraponto à possibilidade de um levante comunista nas favelas em quanto espaços em constante disputada pelos diversos movimentos de ação direta. Como elemento concreto desta busca de “aproximar” os favelados dos moradores do espaço compreendido como cidade, uma das principais ações da Cruzada foi o reassentamento dos moradores da extinta favela da Praia do Pinto. Dado confirmado por Gonçalves (2013):

Essas construções, chamadas daí por diante de Bairro São Sebastião, constituíram indubitavelmente a obra mais visível da Cruzada. De acordo com dom Helder Câmara, “para superar as lutas de classe, era necessário reaproximar as classes”. Foi por isso que quisemos reassentar os pobres lá mesmo onde os ricos moravam”. Essa diversidade social levantada pelo bispo ainda é observada nos dias atuais, já que o Bairro de São Sebastião ainda congrega uma população muito distinta daquela que mora no riquíssimo bairro do Leblon. Por isso, o Bairro São Sebastião é considerado de forma negativa pelos moradores do bairro, que o associam a uma favela vertical encravada em uma das zonas mais cobiçadas da cidade. (Gonçalves, 2013, p. 154).

Sabe-se que as construções do Bairro São Sebastião provocaram um imenso tensionamento entre as classes populares e a burguesia já em um processo dominante de ocupação desses espaços da Zona Sul da Cidade. Esse reassentamento ainda assim, não deixa de ser uma forma de garantir com que parte dos moradores da praia do pinto, pudessem de forma legítima ocupar um no entorno, resistindo assim ao processo acelerado de grande especulação imobiliária. Gonçalves (2013) destaca:

Em razão do deslocamento gradual do interesse do mercado imobiliário para as áreas da Zona Sul, um pouco mais afastadas do mar, notadamente a zona que se estende em volta da Lagoa Rodrigo de Freitas, a construção desses prédios levantou uma enxurrada de críticas, principalmente porque os antigos favelados iriam se estabelecer – com construções sólidas e definitivas, contrário dos parques proletários provisórios – em uma região extremamente valorizada. (Gonçalves, 2013, p. 155).

Com todo o exposto, pode-se perceber como a igreja católica a partir de suas lideranças e movimentos de pastorais, especialmente, a pastoral da favela, a partir de sua preocupação com a questão social nesse período – o pobre e suas relações sociais – ensaiou esforços intelectuais e interventivos no sentido de mediar junto a classe operária um diálogo mais humano. Dessas ações materializou-se, portanto, os trabalhos da fundação Leão XXIII, não isento de contradições ao ter por proposição a atuação nos espaços de Favelas, tendo forte influência dos interesses do estado. Contudo, sob luz crítica, podemos perceber os esforços como um processo que reflete uma aproximação da igreja aos espaços de Favela num fazer mais interventivo no campo social. Nesse fluxo contrário a luta de classes e buscando garantir o direito aos mais desiguais aos espaços urbanos ocupados pela falta de moradia, temos uma forma de participação social desse grupo, com reflexos como o reassentamento de classes mais empobrecidas da praia do pinto; outro refletindo a atuação da Igreja em favor da humanização dos pobres.

Nesse percurso, outro organismo importante aos moradores de favelas e a questão da moradia dessa classe foi a Federação das Associações de Moradores de Favela do Estado da Guanabara – FAFEG. Na seção seguinte apresentaremos uma breve contextualização sobre a importante atuação da Fafeg nas favelas cariocas, sobretudo no período do regime militar.

### **3.3.**

#### **A Federação das Associações de Moradores de Favela do Estado da Guanabara – FAFEG**

Antes mesmo do regime militar ser instalado no país, já era anunciada a vertente remocionista a ser ampliada e executada a partir da gestão militarista e da criação de órgãos estatais que buscariam resolver as questões habitacionais da cidade, sobretudo, com vistas ao crescente debate sobre as favelas pela ótica da marginalidade, estigma construído socialmente nas décadas anteriores, e concretamente defendido durante todo o período ditatorial. De acordo com Trindade (1988, p.139) a criação da FAFEG foi resultado de uma restrita articulação, liderada por militantes de associações que tiveram atuação no Movimento de Rearmamento Moral.

Neste bojo, os moradores de favelas em busca da criação de instrumentos de mobilização política e de resistência às ações remocionista a serem fortalecidas pelo regime, em 12 de junho de 1963, fundaram a Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara - FAFEG, uma representação da sociedade civil, organizada por meio do movimento associativo de favelas e de seus moradores, visando garantir forças as reivindicações por direitos nesses territórios. Segundo Oakim (2014):

Reunindo diversas associações de moradores de favelas da Guanabara (chegou a ter filiadas 73 das 132 associações existentes na década de 1960), a FAFEG foi uma importante frente de articulação política coletiva de reivindicação. Em sua atuação, a Federação colocava-se pronta a colaborar com as autoridades, mas, ao mesmo tempo, se reservava o direito de resistir a iniciativas que julgasse inconvenientes àqueles que representava, além de promover a fiscalização do emprego de verbas públicas nos territórios favelas. (Oakim, 2014, p. 31).

A federação foi um importante órgão de articulação entre os moradores de favelas e os aparelhos do Estado, os militantes que fizeram parte da FAFEG nesse período, não conduziram esse papel opositor à política urbana com forte apelo para as remoções de favelas pela mesma ótica.

Durante o regime, o órgão representativo contou com diferentes momentos que partiram de perspectivas de organização distintas. Sobre a relação de poder constituída pelo Estado na relação direta com as associações, agora organizadas em torno da Federação, Santos (2009) destaca a seguinte reflexão como norte para entender a rede de relações e suas contradições:

Observa-se que o poder não está cristalizado em nenhum ponto específico da estrutura social, pois ele funciona em rede de aparelhos dispersos e mecanismos em que estão envolvidos vários atores sociais. A análise das articulações das Associações de Moradores, quando se organizaram em federação, a FAFEG, me permitiu inferir, junto com os estudos de Foucault, que não existe de um lado os que têm sempre o poder e de outro, aqueles que se encontram sempre alijados do poder. Onde há poder há resistência, pois as práticas ou relações de poder se exercem em rede. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder. (Santos, 2009, p. 94).

Ainda sobre as narrativas construídas em torno da criação da federação, segundo o depoimento<sup>25</sup> de representantes da época, a FAFEG nasceu no Morro do

---

<sup>25</sup> Depoimento de Etevaldo Justino de Oliveira e Jonas Rodrigues da Silva (FAFERJ, 1982). Ver: Juliana Oakim, 2014.

Catumbi, a partir de uma reunião realizada no clube de futebol Sociedade Esportivo do Caiçaras. Trindade (1989, p. 139) aponta que a ideia de organização da Federação partiu da articulação entre os dirigentes das associações do Morro 117, Catumbi, Morro da Coroa e Catacumba no contexto da Operação Mutirão<sup>26</sup>.

De acordo com os depoimentos, neste primeiro momento a Federação contou com os seguintes participantes: Etevaldo Justino de Oliveira, morador do Morro do Bispo, Amaro Martins, morador do Morro dos Telégrafos, Tupan Bento da Silva, Silvio Alcântara Barbosa, morador do Morro do Catumbi, Euricle Gressi, morador da Barreira do Vasco e por último, Amauri José Rosa, na época conhecido como Professor. Oakim (2014) organizou os seguintes dados apontando as associações filiadas:

As favelas cujas associações foram filiadas fundadoras da FAFEG (em ordem alfabética) são: Barreira do Vasco (São Cristóvão), Cachoeirinha (Lins de Vasconcelos), Catacumba (Lagoa), Favela Céu Azul (Engenho Novo), Favela da Liberdade (Rio Comprido), Favela de Lucas (Vigário Geral), Favela do Barro Vermelho (Lins de Vasconcelos), Favela do Macaco (Vila Isabel), Favela do Mato (Santa Teresa), Favela do Morro Azul (Botafogo), Favela Paula Ramos (Rio Comprido), Favela Santa Teresinha (Leme), Morro Cachoeira Grande (Lins de Vasconcelos), Morro da Coroa (Santa Teresa), Morro do Bispo (Rio Comprido), Morro do Dendê (Ilha do Governador), Morro Dona Francisca (Lins de Vasconcelos), Morro dos Mineiros (Catumbi), Morro dos Prazeres (Santa Teresa), Morro dos Telégrafos (São Cristóvão), Morro São Carlos (Estácio de Sá), Morro São João (Engenho Novo), Parque Acari, Parque da Alegria (São Cristóvão) e Parque Vila Isabel (Vila Isabel). (Oakim, 2014, p. 32).

Desse modo, ficou evidente o perfil que fora, desde favelas mais antigas, até àquelas, a época, mais recentes no espaço da cidade, que se organizaram em resistência à política de remoções em crescente pelo regime. “As favelas fundadoras da FAFEG são de idades, locais, e atuação política diversas” aponta Oakim (2014, p.32).

Outro elemento importante de ser observado em relação às favelas que participaram da fundação da FAFEG, diz respeito à distribuição geográfica. A maior parte das favelas estavam localizadas na zona norte e subúrbio da Cidade, região que nessa época abrigava a maior parte da população favelada, em torno de 120 mil pessoas, segundo o relatório da SAGMACS, tabela A-26.

---

<sup>26</sup> Ver: Trindade (1989).

### 3.4. A Associação de Moradores da Rocinha

A primeira Associação de Bairro da favela da Rocinha foi criada em 1961, denominada de UPMMR – União de Pró Melhoramento dos Moradores da Rocinha. A conjuntura de criação da associação, era marcada pela presença da Fundação Leão XIII<sup>27</sup> como um dos principais órgãos atuantes no interior da favela. Sobre o surgimento das associações de moradores Fortuna, A. e Fortuna, J. P. (1974) discorrem:

As associações de moradores surgiram espontaneamente da união de residentes em favelas que procuravam alcançar melhoramentos e defender interesses próprios das comunidades. Antes da existência das associações de moradores, os favelados, que não contavam com lideranças internas organizadas, eram explorados por políticos que prometiam pequenos favores: um cano d'água, um sapato ou uma roupa, em troca de votos. Esta situação, além de só possibilitar poucos benefícios, era perigosa: se uma favela apoiasse um candidato do PTB e esse perdesse as eleições, a favela também perdia a ajuda do candidato vencedor, não apoiado por ela. Cansados dessa situação, os favelados começaram a perceber que somente a união poderia levar à solução de seus principais problemas. (Fortuna, A.; Fortuna, J. P., 1974, p. 104).

A Fundação Leão XIII passa a atuar na Rocinha já no final da década de 1940, suas atividades eram voltadas para três áreas principais: saúde, educação e habitação. A presença da Fundação Leão XIII nas favelas é marcada por diferentes interpretações dos reais objetivos dos serviços assistenciais prestados aos favelados na época, além da crítica aos estigmas reproduzidos sobre a favela, até o controle das associações de moradores que em determinado momento tiveram sua gestão subordinada à Fundação, por uma junta governativa.

Um discurso comum entre os estudiosos sobre a Fundação, que surge como uma Organização ligada à Igreja Católica, mas que em 1962, já atuava como Instituição representante do Estado. Além disso, sua intervenção nas favelas, tinha o caráter de frear a atuação dos comunistas que na época subiam o morro para mobilizar a população favelada, em torno das lutas sociais por reivindicação de direitos. A partir disso, a Fundação Leão XIII, assim como o aparelho estatal, enxergava os comunistas como perigo. Essas e muitas outras contradições fizeram parte da atuação da Fundação Leão XXIII nas favelas, inclusive na Rocinha.

---

<sup>27</sup> Ver: Brum (2006); Oakim (2014); Costa (2019).

As associações de moradores nas favelas não eram espaços que tinham uma mesma perspectiva de atuação, assim como as próprias favelas têm suas especificidades, no interior de cada associação, as estratégias adotadas para organização das lutas e mobilizações dos favelados, dependeriam da gestão, ou seja, do presidente que estivesse a frente do movimento associativo. Cabe ressaltar, que em 1963, foi criada a FAFEG<sup>28</sup> como forma de organizar a luta a partir das associações de moradores. Todavia, a conjuntura política da época apontava para um crescente conservadorismo e postura repressiva do Estado nas favelas, já que em 1964 teve início a ditadura militar. A exemplo disso, Brum (2003) disserta:

Em 1967, Negrão de Lima publica o Decreto ‘N’ 870, de 15/06/1967, que põe as associações de moradores sob controle do Estado. O Decreto N 870 pode ser entendido como uma maneira de Negrão de Lima ter influência efetiva nas favelas, marca de sua política na primeira metade de seu mandato, e também como uma forma de exercer vigilância política num lugar que sempre foi visto como foco de subversão. Vale lembrar que eram delicadas as relações entre Negrão de Lima, eleito com o voto oposicionista e o governo federal, que sistematicamente vinha intervindo na Guanabara nas questões de “segurança”. (Brum, 2006, p. 69).

Dessa forma, fica evidente a busca do Estado por controlar as associações de moradores, de diversas formas essas ações vão se acentuando no período da ditadura, inclusive com a ostensividade da polícia política subindo o morro, em busca de possíveis opositores ao regime ditatorial. Sobre isso, não há tantos registros, a fim de que possamos aprofundar a análise, de como era atuar no movimento associativo, organizar lutas coletivas em um cenário de forte repressão.

O Relatório da Comissão da Verdade (2015, p. 122) compartilha o texto<sup>29</sup> escrito em um panfleto elaborado pela UPMMR, ao qual denunciava as práticas

<sup>28</sup>A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara foi um importante espaço de articulação para o movimento de favelas em busca de fortalecer a luta coletiva e a reivindicação de direitos a partir das associações de moradores, representando os interesses dos favelados. A FAFEG organizou três importantes congressos nos anos de 1964, 1968 e 1972. Ver: (Brum, 2006, p. 66).

<sup>29</sup> “Pensávamos que a polícia já havia compreendido que blitz é uma besteira, que não resolve nada, só prejudica os trabalhadores. Pois todo mundo sabe que marginal não é preso em blitz, só trabalhador. Além disso, é preciso que todos entendam que a Rocinha não é covil de marginais. A Rocinha é um bairro operário, de 200.000 moradores, que compõem a maior parte da mão-de-obra da Zona Sul. [...] Mas parece que muita gente ainda não entendeu isto, e insiste em acusar os moradores da Rocinha (e de outras favelas) de marginais. Daí esta blitz monstro que fizeram na Rocinha, na noite do dia 28, 4a feira. Levaram inúmeros trabalhadores para a 14a D.P., onde passaram a noite amontoados nas celas; Nos últimos 3 anos, a UPMMR apresentou diversas queixas e denúncias sobre violências e arbitrariedades cometidas por policiais na Rocinha, tais como: cobertura sistemática dada a grileiros da favela, que procuravam se apossar das terras, expulsando famílias que lá viviam; invasão de barracos; arrombamento de residências; espancamentos de

policiais dessa conjuntura, conhecidas nas favelas como blitz. Além disso, o documento relata sobre os 10 anos em que a UPMMR, ficou sob intervenção de uma junta governativa.

A UPMMR depois de um longo período de enfraquecimento da mobilização política na favela, apenas no final da década de 1970, surge a possibilidade de retomada da associação, em busca da reativação de suas atividades no interior da favela. Esse momento ficou marcado por intensas disputas políticas na favela da Rocinha, por lideranças comunitárias que tensionavam projetos distintos e na forma de mobilizar os favelados, a partir de suas localidades.

Pouco sabemos sobre esse período, muitos moradores que participaram das mobilizações dessa época, já faleceram, outros ainda se encontram vivos, porém com idade já avançada. Daí o destaque sobre a importância dessas memórias coletivas para que possamos ter maiores informações, sobre o que representou o período de ditadura militar<sup>30</sup> na favela da Rocinha, e sabermos de que forma ele impactou nas mobilizações a partir do movimento associativo.

Durante a ditadura militar, a Rocinha passou por três momentos que foram marcantes na história das mobilizações e que evidenciou a resistência favelada em meio ao regime ditatorial. Esses momentos estão divididos nas seguintes épocas: “tempo das enchentes”, “tempo do medo da remoção” e “tempo do mutirão. Tais lembranças fazem parte do Livro, Varal de Lembranças, organizado por Lygia Segalla (Antropóloga) em parceria com a UPMMR, a obra foi lançada em 1983.

O livro faz um resgate das memórias faveladas, de diferentes momentos aos quais os moradores vivenciaram na favela da Rocinha. É interessante analisar que apesar das mobilizações ocorridas durante o período de ditadura, nos três momentos destacados acima, não se tem maiores registros sobre o que de fato aconteceu na favela da Rocinha, em termos de repressão e de oposição ao regime ditatorial. Portanto, essas memórias faveladas sobre as mobilizações em torno do movimento associativo no período de ditadura, se destacam como ponto fundamental da pesquisa.

---

moradores e prisões ilegais; diversos tipos de extorsões cometidas contra trabalhadores ou marginais. Foram abertas algumas sindicâncias, que não deram em nada, devido à má vontade das pessoas que as dirigiam, e às pressões e intimidações feitas contra as testemunhas.”



## 4

### **A Favela da Rocinha em tempos de ditadura: as memórias faveladas de um passado ainda presente**

#### **4.1.**

#### **A Rocinha pela fala dos sujeitos**

O capítulo a seguir tem sua estrutura baseada a partir das narrativas dos sujeitos em relação às experiências de mobilização do movimento associativo<sup>31</sup> na favela da Rocinha, durante o período de ditadura militar até o início do processo de redemocratização do país, mais especificamente com recorte temporal para as décadas de 60 até finais de 70.

Para melhor entendermos esse processo, cabe ressaltarmos as seguintes informações sobre o percurso metodológico da pesquisa. Em função da pandemia da covid-19, tivemos que diminuir o número de entrevistas realizadas. Por se tratar de uma pesquisa que buscou ouvir moradores mais antigos, tornou-se inviável a escuta de um número maior de depoentes. Dessa forma, com todos os percalços e impactos causados pela pandemia, foi possível a realização de cinco entrevistas presenciais com sujeitos que tiveram participação direta nas mobilizações da Rocinha no período em estudo.

A análise tomou como base os dados coletados a partir dos interlocutores e sujeitos da pesquisa, três moradores e dois não moradores da Rocinha, mas que vivenciaram no período em estudo, de forma direta, as experiências de mobilizações em torno do movimento associativo, como um dos espaços nos quais foram organizadas as reivindicações por acesso aos direitos, já que as associações de favelas à época integraram um extenso campo de lutas pelo direito à moradia digna, não remoção e urbanização.

Além das entrevistas, realizamos uma análise documental a partir de duas fontes principais de investigação, a primeira delas teve como base os documentos digitalizados presentes nos fundos e notações do Sistema de Informação do Arquivo

---

<sup>31</sup> Neste estudo voltamos o nosso olhar para o movimento associativo que se organiza a partir do formato das associações de moradores da favela da Rocinha, com foco maior para a primeira associação de moradores, a União de Pró-melhoramentos dos Moradores da Rocinha, por se tratar da associação mais antiga e com maior histórico de representatividade na favela.

Nacional – SIAN, já a segunda teve como base o acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha, no qual analisamos principalmente as informações do Jornal Tagarela<sup>32</sup>. Em ambas as fontes buscamos documentos que dialogam com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, ressaltamos que os relatos orais e documentais aqui apresentados, retratam um momento histórico relativamente pouco analisado na perspectiva de quem habitava as favelas cariocas nessa época. Fala-se de um cenário de ditadura que no Brasil durou vinte e um anos, em que as esferas governamentais se encontraram militarizadas e distantes de um modelo democrático de governabilidade, em que a reprodução de práticas arbitrárias, opressoras e de controle esteve presente no cotidiano dos moradores de favelas.

Portanto foi a partir de um modelo específico de política urbana pensada para as favelas no Rio de Janeiro, calcado na ideia central de olhá-las enquanto fenômeno crescente e gerador de um problema a ser resolvido, em que a solução principal seria a remoção. Além disso, foi comum nas favelas da cidade as mais diversas formas de repressão às mobilizações, com vistas a enfraquecer quaisquer resistências possíveis organizadas pelos favelados.

Abordamos essa questão a partir de uma revisão bibliográfica sistemática de caráter científico, em que buscamos compreender as bases da relação entre Estado e favela, a partir da política urbana direcionada às habitações populares durante a ditadura, com vistas aos impactos desse período na vida dos moradores e em suas formas de resistências no interior das favelas. Dito isso, apresentaremos uma primeira parte dos achados da pesquisa que retratam as especificidades da Rocinha no período em estudo por meio das memórias dos entrevistados e de documentos da época.

As falas dos entrevistados sobre a Rocinha nas décadas de 60 e 70 retratam uma favela onde era comum a chegada de novos habitantes em busca de moradia, parte deles vinham para ficar na casa de conhecidos e/ou parentes, outros queriam apenas uma moradia mais próxima do local de trabalho. Nesse período também era comum pessoas chegando à Rocinha de vários lugares do país em face do crescente

---

<sup>32</sup> O Jornal Tagarela foi um importante jornal de favela que teve papel fundamental nas reivindicações pelo acesso aos direitos no campo da moradia e na busca por organização das mobilizações políticas nas favelas na década de 70 e início dos anos 80. As vinte três edições do Jornal estão presentes no acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha.

fluxo migratório, sobretudo da região Nordeste. Os relatos a seguir apresentam elementos dessa chegada à favela e ressaltam memórias do cotidiano que possibilitam analisar os diferentes aspectos das condições de moradia dessa época:

Na década de 60, eu cheguei aqui em 1967 [...] chegando aqui eu encontrei barracos pendurados, eu vim do interior do Ceará, na terra plana, fiquei assustado com aquelas casas penduradas, mas foi aqui que eu parei. Cheguei aqui na Vila Isabel em uma obra, vim no sábado, domingo de manhã um amigo me trouxe para visitar a Rocinha, aqui eu fiquei até hoje [...] onde eu encontrei no início aqui, foi um barraco de madeira no fundo, mas ele passava vento por baixo, eu ficava de costela para o vento passar, porque eu não tinha com o que me embrulhar, e eu até trouxe uma rede, mas o dono do barraco me tomou a rede pra dar pra o irmão dele [...] não tinha onde armar, mas teria como me embrulhar [...] e não pude dizer nada, porque eu não tinha outro lugar para ir. (Entrevista concedida pelo entrevistado 01, em 14 de jan. de 2021).

Então, nós chegamos um dia pela manhã aqui na Rocinha, ele já estava esperando lá no Largo do Boiadeiro e já tinha aquelas filas de gás porque o gás não era como é agora, que vão levar na casa da gente, a gente paga ou eles já ganham embutido porque é caro demais, 100 reais um botijão de gás. Estava aquelas filas de gás, aquelas coisas lá no Largo do Boiadeiro e a gente chegou justamente ali, porque ia subir um pouco pra a casa dele. Eu não tinha a mínima noção, não sabia como eram as coisas aqui, mas eu tinha um outro cunhado que morava ali próximo também e a gente foi para a casa dele, ficamos morando lá, ia aos domingos à missa, aí aos domingos pra casa de um ou de outro, começaram a vir outros parentes também, ia na família de um ou de outro. Era uns barracos de tábuas, a maioria era barraco de tábuas e era muito verde, tinha muito verde, muita água nas nascentes e nos riachos, tinha riacho vindo da Rua Um até aqui embaixo tinha tipos uns córregos, umas fontes que desciam lá de cima, em tudo que é lugar tinha e era a nossa sorte pra lavar roupa e carregar pra casa, de alguns lugares. (Entrevista concedida pela entrevistada 05, em 05 de fev. de 2021).

É tudo barracão de madeira. Segurado com prego Cabral, que a gente chamava. Você acredita? Dava cada ventania, eu digo: "Gente, não são os pregos que seguram esse barracão, é deus, é Jesus que está segurando esses pregos, porque não é possível que tanto vento, esse barracão aí não caia". Eu morei em um barraquinho, entrava água [inaudível] deu uma chuva, o botijão de gás estava em cima. Aí eu cheguei e disse: "Está vendo? Olha, esse é o trabalho que eu faço, olha o meu botijão de gás onde está". E era um barraquinho, era um quarto embaixo e outro em cima. Embaixo um fogão, a geladeira; em cima, a cama e o guarda-roupas, só. (Entrevista concedida pela entrevistada 04, em 11 de fev. de 2021).

Ambos os entrevistados chegaram na Rocinha na década de 60, onde as condições de moradia como pudemos notar, eram precárias, as habitações ainda eram em sua maioria estruturas de barracos, levantados com madeiras, estuque, pregos, dentre outros materiais possíveis de serem utilizados. É importante ressaltar o quanto essas memórias pessoais e coletivas sobre a passagem das habitações nas favelas, de barracos para casas de alvenaria carregam um fator histórico, repletos

de simbolismos, muitos deles representam uma historicidade muito específica de cada favela, com aproximações e contrastes (Amoroso, 2012).

Portanto, conhecer essa realidade local da Rocinha a partir das falas dos entrevistados, nos ajuda a entender o que os motivou a caminhar para uma auto-organização, que mais a frente culminou em formas de resistências faveladas, pensamos de que forma esta realidade os fez sair do lugar do silêncio para o lugar de sujeitos políticos, que buscaram a mobilização como estratégia e instrumento político para chamar atenção do Estado ocupado pelas forças militares em plena ditadura. E falar em ditadura para o favelado, como pudemos levantar nos capítulos teóricos da pesquisa, era pensar a eminente ameaça de remoção, a repressão, o estigma e a construção social das favelas no cenário urbano como problema a ser erradicado, por meio de uma política urbana segregadora.

Desta maneira, esse exercício de aproximação da Rocinha possibilitou ampliarmos a visão sobre que favela os entrevistados encontraram. Isto trouxe um elemento importante de análise dessas memórias, que nos levou ao entendimento de que antes dos moradores participarem de experiências de mobilizações, e de certo envolvimento na dinâmica comunitária local, todos tiveram uma experiência particular na favela, que carrega em si uma vontade única de se ter um pedaço de chão, da necessidade de terra pra se morar, ainda que para isso, se tenha que abrir caminhos possíveis para a sobrevivência em um espaço com um histórico de ocupação já em evidencia nessa época, mas ainda com escassez de serviços básicos de água, luz e saneamento. A imagem abaixo revela em partes a Rocinha relatada pelos entrevistados:



Figura 1 – Barraco de madeira no alto da favela da Rocinha.  
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo Correio da Manhã, 1967.

Ainda neste exercício de aprofundarmos o olhar sobre a Rocinha nos tempos de ditadura, nos chamou atenção o resgate de memória feito pelos entrevistados sobre o acesso à água na favela nesse período. Encontramos relatos de uma Rocinha repleta de caminhos de águas, nascentes e bicas que eram utilizadas pelos moradores e tinham que fazer longos trajetos com baldes. Muitos utilizavam balanças d'água (duas latas presas a um pedaço de madeira carregado nos ombros pelos moradores como uma balança), para facilitarem o percurso longo até suas casas. Essa questão foi relatada pelos entrevistados que trouxeram à tona as seguintes memórias:

Eu lembro também da questão da água que era bem difícil, eu morava na parte alta, na Rua 1, e um dia uma senhora me ofereceu uma balança pra eu carregar água pra ela, eu fiquei revoltado, porque eu era filho de pequeno fazendeiro e a gente pagava as pessoas pra fazer as coisas, imagina ir carregar uma balança d'água pra aquela mulher, mas eu fui inteligente, porque eu não respondi mal a ela, só disse que não e, de noite, dormindo no chão [...]. Aí, pensando bem, eu falei "Eu estou em outra terra, não é?", no outro dia eu bati na casa da dona Carobina, uma paraibana, e perguntei se ela ainda queria que eu carregasse a água pra ela [...]. "Ah, meu filho, você quer? Tá bom.", aí carreguei a balança d'água pra ela, ela me pagou 1 cruzeiro.

As pessoas viram eu carregando, perguntaram se eu podia carregar pra elas também, aí eu falei que não, porque a balança não era minha [...] balança d'água, pra quem não sabe, é um pau no ombro, com duas latas penduradas com arame, lata de 20, ou seja, 40 quilos. Subi aquela escadaria da Rua 1, muito difícil. Mas aí eu perguntei a ela se ela podia me emprestar pra eu carregar pra alguém, ela falou: "Pode, meu filho, à vontade. Fica à vontade, a balança fica com você direto.". Eu todo dia colocava duas balanças pra ela, ela me dava 2 cruzeiros, que eu não sei dizer o que seria hoje em real [...] aí colocava mais umas 5, 6 balanças para as pessoas e, resumindo, o primeiro dinheiro que eu ganhei aqui no Rio de Janeiro foi carregando água. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

Ainda sobre este mesmo assunto, a entrevistada, Chica da Rocinha, elucida:

[...] a gente tinha que sair com roupa pesada na cabeça, levantava três horas da manhã para conseguir um tanque para lavar roupa, as vezes no meio do trabalho a gente tinha que se deslocar para a boca do túnel, para a dona Gertrudes, as biquinhas que tinha, tinha um poço ali na Estrada da Gávea, quando dá a curva ali para ir pra a Sendas, tinha um poço onde a gente lavava muita roupa e carregava água, levantava duas, três horas da manhã. As filas você não imagina, para carregar uma água para levar para casa para beber, cozinhar e lavar a roupa lá. Carregar água na cabeça, isso eu fiz muito no Nordeste e aqui. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021)

Nota-se que o acesso à água na Rocinha viria a ser uma das principais reivindicações faveladas, já que como pudemos analisar nos trechos das duas entrevistas acima, a tamanha dificuldade para os moradores terem acesso a um serviço básico. As bicas d'água além de constituírem a possibilidade de os moradores terem acesso à água, configuravam formas específicas pelas quais os moradores garantiam renda por meio de trabalho nesses locais.

Lavei roupa na Biquinha, lavei roupa na do lado de cá da estrada, na Dona Gertrudes que chamava, lavei roupa na boca do túnel, lavei onde tinha porque assim, lavei muita roupa, a história maior que foi a convivência com muita gente também, foi ali na Estrada da Gávea, ali naqueles prédios do Julinho, daquele pessoal e agora é tudo tomado, aquilo ali, atravessando a Estrada da Gávea, vindo da Cachopa, tinha uma fonte d'água lá em cima, que descia água ali por baixo da Estrada da Gávea e desembocava ali. Era uma abertura assim, tinha água, botava uma porção de borracha para poder sair a água. Teve um político aí, que eu esqueci agora o nome dele, que botou uns tanques lá e em alguns outros lugares aqui na Rocinha, tinha uma porção de tanque e umas banheiras também. Tem muita história para trás ainda, como você perguntou, foi uma época que eu já lavava pra fora pra ajudar meu marido, porque eu não trabalhava fora ainda, as crianças eram muito pequenas, não tinha creche, não tinha escola, não tinha nada, então eu tinha que ficar com eles. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

Outra dimensão analisada em virtude da falta de abastecimento de água, e que também teve como foco o olhar dos autores que estudam as favelas, a chamada “política da bica d’água<sup>33</sup>,” prática política exercida pelos políticos da época, que se aproveitavam da precariedade do acesso à água afim de angariar votos de forma clientelista, instalando e/ou prometendo instalar bicas d’águas, essas ações aconteciam geralmente em períodos próximos as eleições (Gonçalves, 2006).

No trecho da entrevista foi possível identificar a entrevistada trazendo elementos de memórias que retratam essa relação dos políticos com a favela, muito comum a partir da década de 50, influenciando na construção de uma relação entre Estado e favela que culminou nas políticas remocionistas crescentes no período ditatorial. Segundo Goncalves, (2006, p. 4), “esta política foi reforçada pela promulgação da Lei 2875 de 1956 (a Lei das favelas), que proibiu durante dois anos toda e qualquer expulsão de favelados e concedeu créditos para a construção de casas populares.” Desta maneira, a lei obrigava os favelados a saírem de suas casas mediante a construção de novas habitações pelo Estado, medida essa que viria a firmar a natureza jurídica precária das favelas (Gonçalves, 2012).

A Imagem abaixo revela em parte o árduo cotidiano dos moradores ao terem que fazer longos trajetos em busca de água, com latas e bacias na cabeça:

---

<sup>33</sup>Prática confirmada nesta entrevista do médico Dr. Mário, presente no livro Varal de Lembranças: “A Rocinha sempre foi um filho órfão nas mãos dos tutores desonestos – diz o médico Mário Durfles, referindo-se aos políticos e suas promessas. Diziam que a favela seria urbanizada, teria água, esgoto e, depois das eleições, as promessas se transformaram, no máximo, na instalação de algumas bicas d’água.” Para maiores detalhes, ver: Segala (1983, p. 37).



Figura 2 – Duas mulheres e uma criança carregam latas d'água na cabeça em uma localidade da favela da Rocinha.

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo Correio da Manhã, 1971.

Ainda sobre o acesso à água, analisamos a partir das entrevistas que os espaços das nascentes, bicas e correntes eram para além de locais onde os favelados buscavam água, já que constituíam também como importantes espaços de convivência, a entrevistada, Chica da Rocinha, evidencia esse dado, quando discorre sobre uma relação diária com muitas pessoas nesses locais. Observar essa questão é considerar uma característica das favelas e dos espaços que as constituem, das relações que se estabelecem em seu interior, que apontam para a organização de coletividades que se expressam a partir de ambientes compartilhados, de vivências e de trocas de experiências, tais como o exemplo das bicas d'águas.





Figura 3 – Duas crianças e uma jovem carregam água em uma localidade da favela da Rocinha.  
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo Correio da Manhã, 1971.

Além disso, foi possível observarmos nas falas dos entrevistados, memórias que descrevem um outro serviço que carrega um histórico de precariedade na favela, estamos falando do acesso ao transporte público, que desde o processo de ocupação da Rocinha, quando a favela ainda se constituía como parte dos arrabaldes da Gávea, com acessos via mata fechada. O entrevistado, José Martins, rememora o primeiro serviço de transporte da Rocinha<sup>34</sup>, o ônibus de nome amarelinho, que representou na época um avanço de mobilidade na favela.

Eu lembro bem do ônibus, tinha um ônibus que vinha da Marquês de São Vicente até a rua 2, era chamado amarelinho [...] não lembro o número, acho que era 546, se não me engano, e tinha um outro da Transporte que fazia canal do Leblon ali na subida do Niemeyer até em frente à fundação, que é 545 [...] são duas memórias grandes, que eu lembro que trabalhei de cobrador de ônibus também logo em seguida, isso ficou muito claro pra mim, e também que eu tinha que chegar em casa, não é? Tinha que pegar o ônibus, então dá pra gravar essas coisas muito bem. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

<sup>34</sup>A entrevista do morador, Lindolfo Soares da Silva, presente no livro “Varal de Lembranças” aborda sobre o tema do serviço de transporte na década de 50: “aqui na Rocinha não tinha condução, não tinha rede de abastecimento, nada. As conduções muito precárias, não prestavam também. Quando se precisava de uma coisa qualquer, tinha de procurar a pé. As conduções eram de seis às onze da noite. Daí em diante não tinha mais condução. Para maiores detalhes, ver: Segala (1983, p. 50).

Se hoje é difícil, imagina naquela época. Eu me orgulho de dizer que tudo que houve na Rocinha foram os poucos que lutaram, porque o que mais é difícil é a consciência humana, é você morar em qualquer parte do mundo e você valorizar onde mora, o que tem e onde vive. Uma comunidade do tamanho da Rocinha era para ser muito participativa nas reuniões onde se discute as prioridades, você vê a questão do transporte na Rocinha, a gente fica horas esperando um ônibus, especialmente o 358, Botafogo, tem que descer lá para baixo e eu só desço, não consigo esperar mais. Ou então pegar dois pra ir ali no Jardim Botânico, em qualquer lugar. O de Copacabana até é mais frequente um pouco. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

A imagem abaixo revela a memória visual da primeira linha de ônibus da Rocinha, abordada pelo entrevistado, José Martins:



Figura 4 – Linha de ônibus 546, saindo da Gávea para a Rocinha.

Fonte: Foto retirada do Grupo de WhatsApp do movimento “Rocinha Sem Fronteiras”, 1968.

Observando o relato da entrevistada, Chica da Rocinha, encontramos elementos de memórias que apontam para uma relação temporal entre passado e o presente, o que entendemos ser o movimento do que está acontecendo agora, da experiência que está sendo vivida e que se constitui a partir de uma correlação de forças entre diferentes narrativas que disputarão uma construção histórica, sendo a memória instrumento decisivo nesse processo. Nas palavras de Portelli (2010, p.10) “toda história é algo mais: não só conhecimento do passado, mas intenção de mudar o presente e o futuro.”

## 4.2.

### A Rocinha e o convite à resistência favelada

No decorrer de nossas buscas, mais especificamente refletindo sobre a própria dinâmica de ocupação da Rocinha como favela e fazendo uma correlação com relatos orais dos entrevistados, evidenciamos que o que chamamos aqui de convite à resistência, ou seja, uma convocação favelada para a auto-organização e para mobilizações políticas ao longo desse processo, se deu pelas próprias condições locais.

Dado o histórico de relações desiguais, as favelas foram e continuam sendo entendidas como algo problemático no âmbito da cidade. Criminalizadas e marginalizadas, elas são objeto constante de ações de controle social, que tem como pano de fundo a negação de direitos com a legitimação de remoções, práticas repressivas, violências e mortes.

Ressaltamos que essa discussão traz, em si, um conjunto de elementos importantes de serem elaborados com vistas aos aspectos sociais, políticos e econômicos nas diferentes conjunturas em análise. Deste modo, é possível observar as determinantes históricas desse olhar que estruturam sobre as favelas um *modus operandes* no qual a presença do estado se traduz pela ausência em garantia de direitos e constantes tensionamentos violentos como parte dos conflitos urbanos nesses territórios.

Diante desses apontamentos, e com base nas entrevistas, notamos que esse engajamento na vida comunitária e por conseguinte no cotidiano de resistência favelada por reivindicações de direitos em meio à ditadura militar, acontecia de forma que os moradores da Rocinha se aproximavam de suas bandeiras de luta a partir do apoio e mediação de diferentes grupos (igrejas, associação de moradores, comissões etc.). Tais grupos incidiam politicamente, fazendo emergir redes de articulações internas e externas à favela<sup>35</sup>, como podemos ver nos trechos das entrevistas a seguir, aos quais aparecem como desdobramentos de ações entre os moradores, como as mobilizações em torno da falta de água, do acesso à luz, à educação e à saúde.

---

<sup>35</sup> Neste caso não faremos aqui uma análise sobre como se davam essas articulações externas.

Bom, agora eu vim me engajar na luta em 71, 72, por aí [...] eu comprei uma casa aqui no bairro Barcelos, na parte baixa, e estava fazendo reforma nela, quando chegou um senhor, que veio a ser o avô dos meus filhos mais velhos, perguntando se eu podia assinar um abaixo-assinado pra implantação de uma rede de água na parte baixa, chamado bairro Barcelos. Eu assinei e falei pra o cara que estava comigo: "Vou assinar pra esse velho ir embora.", acho que hoje as pessoas devem dizer o mesmo comigo. Só que esse abaixo-assinado deu fruto, depois de quase três anos de luta, de ele ir e vir na CEDAE, a CEDAE aprovou o projeto - desde que o morador desse o material. Aí quem se envolve nessa história? Eu. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

Nos anos 70 [...] eu já estava bem mais engajada em várias frentes de luta, pelo saneamento, pela água, pela luz e tal. E comecei a participar de coisas fora da Rocinha também, muitos movimentos e tudo que havia em torno da Rocinha [...] eu participei até no Miguel Couto de parto, até parto eu ajudei a fazer, tem muita história nos hospitais porque eu fui agente de saúde por sete anos. Aí a gente discutia essas prioridades e elaborava conjuntamente os projetos, aqueles históricos todos e cada um falava uma coisa, interpretava da maneira que sabe ou discute, discorda da maneira que sabe. Até hoje não é muito diferente, nessa época era a mesma coisa. E ali se juntava esse grupo menor para poder elaborar isso e no dia a gente também tirava uma comissão para encaminhar ou levar nas prefeituras, protocolar, solicitando a melhoria, que não era fácil de jeito nenhum [...]. A minha luta pela água é uma história grande também, eu lutei muito por essa água na Rocinha. E por essa luz. A gente se reunia na associação, a gente se reunia na igreja, na capela lá embaixo, aqui em cima, na rua, em vários pontos. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

Encontrar relatos de tantas outras mobilizações para além daquelas que aconteceram no movimento associativo, mais exatamente no escopo da Associação de Moradores nas décadas de 60 e 70, foi, de fato, um achado desta pesquisa durante as entrevistas. Evidenciamos que esses sejam efeitos do próprio contexto, já que a partir de 64, a UPMMR, com seu histórico de associação mais representativa da Rocinha, ficou sob junta governativa, sob o controle dos militares durante quase uma década.

Por isso, pensamos que esses espaços, criados pelos moradores para mobilizações e reivindicações de suas bandeiras de lutas, fazem parte das formas encontradas na favela para construção de resistências, para além da associação de moradores.

Além disso, cabe ressaltarmos a aproximação dos entrevistados em suas experiências de mobilizações com a Igreja Católica, à época sob forte influência da Teologia da Libertação e também com a organização das Comunidades Eclesiais de Base. Sob esse cunho mais social e politizado, a Igreja, a partir de suas pastorais fortaleceu o apoio à movimentos sociais, sindicatos e favoreceu a surgimento de partidos políticos (Freire; Gonçalves; Simões, 2012).

Sobre este mesmo assunto, a entrevistada, Chica da Rocinha, relatou sobre a importante atuação da pastoral de favelas na década de 70, junto aos moradores da Rocinha e de outras favelas do antigo Estado da Guanabara:

A pastoral foi o serviço também ligado à igreja voltado para o social, nessas reuniões que se dava o papel da pastoral, mais voltado para o social. Era questão local, se a reunião era aqui na Rocinha a gente discutia algumas coisas gerais, mas discutia as prioridades da Rocinha. Água, luz, telefone, não tinha nenhum público e não tinha escola, não tinha creche, até hoje não tem saneamento básico, mas era muito pior, não tinha estrada pavimentada que veio através de luta também a melhoria da estrada da Gávea. Muitas, muitas prioridades. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

Esta relação da igreja com os moradores aparece nas entrevistas abaixo, apontando ações que nesse período eram as únicas formas de assistência aos moradores. É possível perceber que o Estado militarizado também buscou garantir proximidade nessa relação com as iniciativas do campo religioso, como é o caso da Fundação Leão XIII, que foi incorporada como órgão do Estado em 1962, inclusive com papéis de regulação sobre o movimento de favelas, a partir do controle das associações de moradores.

Na capelinha, a Capela de Nossa Senhora de Aparecida [...] comecei lá, foi onde eu comecei a participar. Eu também vim aqui, batizei as crianças na igreja da Nossa Senhora da Boa Viagem, mas era lá o meu ponto porque eu morava mais lá pra baixo. Eu comecei a participar da igreja e tinha os cursos de artesanato da santa irmã, tinha uma irmã lá, mas a gente acaba esquecendo os nomes aqui. Era uma senhorinha já de idade e tinha outras mais novas, todas muito carinhosas, muito dedicadas, desenvolviam um trabalho lindo aqui na Rocinha. A Rocinha teve uma época de muito sacrifício, de não ter nada quase, os benefícios que hoje têm e que falta muito ainda, não tinha muito mesmo naquela época. Só que tinha muita gente boa que ajudava, principalmente na parte da catequese, na parte da educação para as crianças, dos trabalhos manuais para envolver as crianças, as mães, as famílias, a pastoral da favela começou. Aí eu comecei a participar dos cursos, eu levava as crianças e também começaram a se preparar para fazer a primeira comunhão. E a primeira comunhão tanto dos meus quanto a de outras crianças de outras mães, eu já comecei a ajudar na preparação daqueles eventos, sempre tinha um bolinho ou alguma coisa. E também tinha um casal, a Mônica e o André, deles eu não esqueço e eles faziam um trabalho maravilhoso, teve a Maia, teve várias pessoas, mas eles faziam na parte da catequese também, eram bem católicos. Eu gostei muito deles e eles viajaram, me pediram para eu ficar não substituindo eles, mas ajudando a dar continuidade a esse trabalho e aí foi quando eu fiquei na parte da catequese com as crianças também e tal, aí tinha a pastoral da favela que eu participava das reuniões. (Entrevistas concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

É importante ressaltarmos como a igreja nessa época ocupava um lugar central para as mobilizações faveladas, onde eram organizadas muitas reuniões. Além disso, a própria construção da Igreja de Nossa Senhora de Aparecida, localizada no largo do boiadeiro, fez parte de todo um trabalho coletivo dos moradores da Rocinha, organizados a partir de um mutirão. Destacamos esse registro de memória na imagem abaixo:



Figura 5 – Mutirão dos moradores da Rocinha para a construção da Capela Nossa Senhora de Aparecida – Década de 70.

Fonte: Foto retirada do Grupo de WhatsApp do movimento “Rocinha Sem Fronteiras”.

Dessa forma, notamos a partir das entrevistas que a Igreja Católica esteve presente, apoiando os moradores à época em suas principais reivindicações, como é o caso da luta na Rocinha pelo acesso à água na década de 70. É possível notar a dificuldade para a garantia de acesso aos serviços públicos na favela, já que para a implementação da rede de água, os moradores ainda tinham que garantir com recursos próprios a compra dos materiais para instalação da rede de abastecimento.

No trecho da entrevista abaixo, o entrevistado, José Martins, relata sobre a experiência de instalação da rede de água na localidade do Bairro Barcelos.

E, finalmente, em 76 nós conseguimos implantar a rede de água, material comprado com o dinheiro dos moradores, a Igreja católica ajudou bastante nessa época, chegou a emprestar uma parte do dinheiro pra gente dar início a compra do material, depois nós formamos várias comissões, cada travessa tinha um representante, uma comissão, e essa comissão se reunia uma vez por semana com

a comissão geral, deliberava as coisas [...] quando compramos os canos, colocamos nos ombros e ficamos andando de rua em rua pra mostrar que a gente tinha cano, me animou. Mas eu cheguei a pensar em devolver o dinheiro, porque quando eu fui abrir o compromisso de comprar os canos pra dar pra a CEDAE, eu me comprometi que em 3 meses eu dava conta disso, se eu não desse conta, eu devolveria o dinheiro das pessoas. Com 3 meses eu fiz uma assembleia pra devolver o dinheiro, que eu não tinha arrecadado nem 5% [...] aí eu digo sempre, as pessoas falam que quem botou água aqui foi eu, eu digo: "Fui eu sim, mas seu Aníbal fez o abaixo-assinado" [...] tem até uma travessa hoje com o nome dele, é Aníbal Félix de Souza, que é da família de Souza [...] lá de Boa Viagem [...] e o Edson Marim, que quando eu propus a devolver o dinheiro ele falou: "Não é propor devolver, você tem que perguntar se, nós que já pagamos, queremos contribuir com algum empréstimo pra poder andar a coisa", eu falei: "Então está submetida sua proposta ao plenário." [...] não precisou nem emprestar o dinheiro, só deu ânimo e a gente conseguiu arrecadar o dinheiro, aí surgiu o dinheiro da Igreja que deu uma boa força, e a gente conseguiu implementar [...] como eu disse, em 76 a gente instalou a rede de água. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

A criação de comissões locais evidencia outra estratégia de auto-organização dos moradores da Rocinha, espaços inventados por meio de uma dinâmica própria de articulação entre os moradores. Estes canais de comunicação e de tensionamento no interior da favela são exemplos de espaços favelados, que carregam em si elementos que apontam para uma gestão democrática, em que a tomada de decisões deveria se dar de maneira coletiva.

Perceber isto, torna-se fator relevante para análise, já que falamos de um contexto com uma ditadura militar em curso e com as bases democráticas do país ainda em processo de construção, com efeito maior nos anos 80, com a redemocratização.

Outro exemplo, com forte caráter de incidência política e de resistência na favela da Rocinha no final da década de 70, foi o mutirão de limpezas das valas. As memórias acerca dos mutirões também surgiram durante as entrevistas, como podemos ver a seguir:

Quando a gente começou com o mutirão de limpeza, foi porque realmente a Prefeitura estava realmente pensando, porque a comunidade, a Zona Sul não estava muito interessada nas favelas. Então de tudo isso eu participei. Mas eu não sabia que a coisa estava tão evoluída, que pensavam em terminar até com a Rocinha. Na realidade, quem me falou isso, alguém que falou isso [...] terminar com a Rocinha, mesmo qualquer prefeito do Rio não faz isso com a maior facilidade. Então que eles pensaram nisso, mas quanto tempo ia demorar. A gente se organizou um pouco em função disso [...]. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).



A partir dos relatos do entrevistado, Cristiano Camerman, percebemos que a organização do mutirão de limpeza das valas na Rocinha era uma resposta à política de cunho remocionista adotada pelo Governo ditatorial sobre as favelas. Apesar de que neste momento, um dos principais órgãos responsáveis por este processo durante a ditadura, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), já havia sido extinta.

Uma das principais mensagens que pretendia-se dar com o mutirão<sup>36</sup> de limpeza das valas era de que as favelas não deveriam ser removidas, e sim urbanizadas pelo Estado. Estas necessitavam de respostas as suas reivindicações com vistas as melhores condições de moradia na favela. As falas do entrevistado 02 evidenciam este caminho motivador para mobilização em torno do mutirão:

Uma secretaria municipal que acabava com as favelas. Não sei como funcionava naquela época. Foi em 75, cinco, seis, por aí, mas talvez alguém lá deve saber. Eu sei que quando eu fui lá na Zona Oeste com eles, que eu voltei, na próxima reunião na Rocinha, "Eu vou falar para eles", aí que fizemos uma, três, cinco, não sei quantas reuniões com um certo número de pessoas, todo mundo. O que a gente pode fazer para chamar um pouco a atenção para a Rocinha não sair? E aí que chegamos à conclusão a fazer um mutirão de limpeza das valas. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

A fala do entrevistado aponta sobre a continuidade ainda na segunda metade dos anos 70, de ameaças eminentes de remoções aos moradores da Rocinha. Sendo esse, um dos principais motivadores para a realização do mutirão de limpeza das valas, mobilização política que nessa época chamou atenção do Estado militarizado, dos jornais e que influenciou outras favelas da Cidade.

Sim, as valas que entravam na minha casa, e, junto com as valas, vinha sofá, vinha não sei o que, então eu tinha que sair junto com todos os vizinhos, procurar fazer passar tudo que estava nas valas para ver se começava a passar para não subir mais ainda. Eu vivi isso pelo menos umas três vezes nos três, quatro anos que eu morei na Rocinha [...]. Eu era padre, mas não andava de batina, andava normalmente, mas não apareci muito com batina. Então acompanhei, esse rapaz foi lá perto de Campo Grande, Bangu, eu fui lá com ele e, de fato, já estava começando a construir. Não estava coberto ainda, mas [...] a Rocinha é muito melhor do que isso [...] acho que poucas pessoas da Rocinha sabem disso, mas tinha uma época, 75, seis, que realmente se pensava, a Zona Sul queria acabar com as favelas. Não só a Zona Sul, acho que a Zona Norte também queria. Aí que começou. Eu voltei na Rocinha e pensei: "O que eu faço? Eu vou falar [...] eu estou na Rocinha", então

---

<sup>36</sup> Ver: Segala (1983, p. 119).



eu comecei a falar para as pessoas, fizemos uma reunião, três reuniões, cinco reuniões. "Vão acabar com a Rocinha, o que a gente faz para se defender?". E aí, depois de não sei quantas reuniões, todas naquela igreja do Largo do Boiadeiro, aquela igreja antiga, depois foram reconstruir essa igreja, mas uma igreja pequenininha, toda bagunçada. Então fizemos não sei quantas reuniões lá e, finalmente, depois de pensar muito, pensamos: "Vamos fazer um mutirão de limpeza das valas", aí que começou, aí que eu realmente comecei a me envolver na Rocinha, e aí com muita gente, acho que o Martins já estava nisso também, enfim, muitas pessoas presentes que você deve ter conhecido. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

A gente marcava sempre dia de domingo, dia de final de semana... marcava lá da vala, aí se encontrava, levava um carrinho, botava o lixo no carrinho, saía levando e jogando na lixeira. Foi uma época muito difícil, muito difícil. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Oliveira, em 09 de fev. de 2021).

Compreendemos que o mutirão foi uma marcante experiência de mobilização favelada na Rocinha, pois por meio da limpeza das valas, os moradores da Rocinha conseguiram chamar atenção do Governo, a partir de suas repartições e deu-se início a uma importante articulação em torno de reivindicações de serviços básicos, como a coleta de lixo.

Nesse período, além da limpeza das valas, os moradores também se organizaram em torno de conhecer melhor a realidade da Rocinha, por meio da pesquisa e da organização de dados locais. As comissões de pesquisas e o trabalho de conscientização dos moradores em torno do lixo são destacadas no livro *Varal de Lembranças* (Segala, 1983, p. 121).

#### **4.3.**

#### **Associação de moradores, controle policial e repressão política**

Identificamos o longo período ao qual a Associação de Moradores da Rocinha, conhecida como UPMMR, ficou sem eleições, em virtude do controle dos militares que colocaram a iniciativa sob junta governativa, logo nos primeiros anos do golpe civil-militar, informação que aparece no relatório da CEV-Rio (2015, p. 122). A associação ficou aproximadamente uma década sob a tutela dos militares, a partir da Secretaria de Serviços Sociais do Governo ditatorial.

Ter acesso a essa informação, nos fez entender as particularidades da mobilização dos moradores da Rocinha, inclusive aqueles que foram entrevistados no escopo da pesquisa. Eles tiveram que se organizar por meio de outras iniciativas

nessa época, sobretudo em espaços para além da associação de moradores. Diante do controle excessivo dos militares sobre a associação de moradores, fica evidente que essa seria um limitador para a auto-organização dos moradores e consequentemente para as experiências de mobilizações políticas que viessem a ser construídas nesse bojo, já que foi característica do Governo ditatorial colocar em práticas ações que viessem a enfraquecer e inviabilizar o movimento de favelas e suas formas de resistência.

Esses elementos de memória respondem ao fato de os entrevistados terem poucas recordações do espaço associativo, ou seja, das experiências de mobilizações organizadas na UPMMR nas décadas de 60 e 70. O que aparece como elemento de memória, pelo contrário, sugere ser parte do movimento de busca pela reorganização da associação de moradores, com vistas a realização de novas eleições. Observa-se uma luta por outras formas de associativismo que estivesse voltado para a efetivação e garantia de apoio às bandeiras de lutas construídas pelos moradores por meio da luta coletiva, articulada com iniciativas comunitárias e representantes de diferentes localidades da Rocinha.

Porém, o que levantamos, foi um cenário interno da Rocinha, de disputas entre essas representações, reconhecidas à época como “lideranças comunitárias”: pessoas com “poder” de liderança na favela, moradores que de alguma forma estavam engajados na luta favelada em busca por garantia de direitos. A participação do cotidiano da favela não se dava apenas entre os moradores da Rocinha, mas também dentre aqueles que apesar de não terem a Rocinha como local de moradia, tiveram participação ativa em iniciativas comunitárias, como é o caso da UPMMR.

Voltando o olhar para o processo de reativação da UPMMR, identificamos que, apenas em 76, houve uma primeira tentativa de organizar o processo eleitoral da associação, porém, como revela a matéria publicada no jornal Tagarela (jornal organizado por moradores da Rocinha), as eleições foram adiadas.

No dia 8 de agosto realizou-se uma assembleia Geral da Associação de Moradores da rocinha, que adiou suas eleições para o mês de dezembro. O motivo do adiamento das eleições foi o pequeno nº de pessoas participando do processo eleitoral. Para que houvesse maior participação dos moradores da Rocinha, a assembleia decidiu que qualquer morador poderá votar, contando que se inscreva como associado, pagando Cr\$ 10,00 da carteirinha e Cr\$10,00 da mensalidade, podendo inscrever-se até no dia das eleições. Os antigos associados que não pagavam as mensalidades foram anistiados; poderão votar só pagando Cr\$ 10,00

no mês das eleições. Para estas eleições foram lançadas 4 chapas: do Abreu; do Francisco; do Ismael e da Silvana. Ismael e Francisco faziam parte da antiga diretoria da Associação de moradores; Silvana é viúva do 1º presidente da Associação. A chapa da Silvana surgiu de um grupo de senhoras que diante dos problemas da Rocinha, compreenderam que o único modo de tentar resolvê-los era pela união e trabalho conjunto dos moradores, do próprio povo da Rocinha. Apesar da Associação de Moradores não ter feito muita coisa nos últimos anos, e por causa disto, muita gente não acredita nela, ela é o melhor meio de que o povo da Rocinha dispõe para resolver seus problemas: água, luz, esgotos, valas, calçamento e o mais perigoso, a remoção. A Associação depende do povo: se este resolver dar força à Associação, escolher e votar na melhor chapa, aquela que esteja disposta a trabalhar, e se todos trabalharem juntos com os membros da chapa (pois esta não pode fazer nada sozinha), estaremos no caminho de construir uma Rocinha melhor de se viver nela. (Jornal Tagarela, Ed.2. 1976. – Acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha).

O documento apresenta a participação de uma chapa de mulheres, apontando o protagonismo das mulheres nos espaços de luta da favela. Após essa primeira tentativa de eleição ser adiada, somente em 77 foi possível a realização do processo eleitoral. E, marcando uma nova gestão das associações, a chapa de mulheres organizada por Silvana, veio a assumir a UPMMR. O registro da primeira mulher presidente da associação de moradores, após a junta governativa, aparece nesta outra matéria do Jornal Tagarela.

Felizmente após 8 anos que o pessoal da Rocinha esperava uma nova presidência na União de Moradores, foi feita a eleição no dia 15 de maio, a apuração dos votos foi feita no mesmo dia contando apenas com 90 votos, na qual para a presidente Dona Silvana, já foi o bastante mesmo sabendo que mais de 5.000 moradores deveriam dar o seu voto. Dona Silvana acha que mais vale pouca gente votando de boa vontade que muitos por brincadeira. Para nos prestigiar, faziam parte da mesa na hora da apuração as seguintes pessoas: Sr. Aliardo, Sta. Elena, Sra. Anita, Sr. Nestor e outros mais. Anita fazendo a contagem dos votos. No final da apuração foi realizada a 1ª missa campal às 19:30. As mulheres estão prometendo sucesso, elas querem que o povo acredite na Associação de Moradores, apesar de estar bastante difícil por que a muito tempo que a Associação não beneficia em nada os moradores. Às 9 horas da noite de sábado dia 28 de maio, foi iniciada a cerimônia de posse dos cargos na Associação dos moradores da Rocinha, na qual já estava desde o dia das eleições. A cerimônia contava com a presença de várias figuras importantes, como a do Sargento Rubens, representante da PMRJ; pedindo, após o término de suas palavras que fosse cantado o Hino Nacional, no qual foi executado com bastante entusiasmo. Logo após foi feita a entrega da presidência a Dona Silvana, que com suas palavras disse que vai dar o máximo de si para que a Comunidade evolua na finalidade de ajudar o povo da Rocinha. Em seguida o Sr. Antônio de Oliveira, ex-secretário disse estar contente pelo cargo que exerceu, pois teve contato com pessoas e isso o ajudou a conhecer mais a Rocinha. Ouvimos também as palavras da assessora de relações públicas Eleonora que disse estar em projeto alguns benefícios a Rocinha, como: Canalização de água (CEDAE), limpeza e tubulação de valas e ainda o barateamento da luz. Por fim ouvimos as palavras de apoio à nova presidente por parte do Sr. Inácio, figura importante na

Rocinha, dizendo ele que confia e apoia plenamente as mulheres que estão no poder. (Jornal Tagarela, Ed.3. 1977. – Acervo do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha).

A baixa participação dos moradores no processo eleitoral chama atenção nesta matéria, já que a Rocinha já contava com uma população expressiva, deixando aberto um campo de reflexão sobre a dificuldade de mobilizar pessoas para o engajamento em torno das lutas comunitárias na localidade, nesse caso, especificamente na UPMMR. Além disso, notamos a presença da polícia na cerimônia, o que deixa fortes evidências que mesmo após a junta governativa e a realização do processo eleitoral, os militares continuaram exercendo práticas de controle do movimento associativo.

Sobre este assunto, percebemos que a presença dos militares ia para além da busca por controle sobre a associação de moradores, esses também incidiam sobre o cotidiano dos moradores a partir de práticas arbitrárias que apontam para uma relação de estigma para com os favelados, pautada em tentativas diárias de criminalização dos moradores, chamados de malandros, vadios, alheios a ordem. Essas práticas arbitrárias, comumente justificadas pela acusação de “vadiagem”, aparecem em muitos relatos de moradores de favelas que viveram o período da ditadura militar (Oakim; Pedretti, Pestana, 2021).

Na fala do entrevistado, José Martins, ele discorre sobre a presença ostensiva dos militares na favela.

Todo dia. É uma turma que chegava dia sim, dia não. Tinham outros que não pediam, mas tinha uma turma de um tal Luizinho, detetive da 15ª. Eu briguei com eles, não dei, falei um monte de coisa. Teve uma vez que eles me prenderam, eu estava jogando baralho, falaram que tinha que dar o dinheiro, falei que não dava: delegacia. Aí na delegacia acabei dando dinheiro para ir embora. Na delegacia [...] Delegacia da 15ª. [...] lá na Praça do (Jovem) [00:36:37], continua lá. Tinha um rapaz desse grupo que foi preso, nós éramos cinco, que ele tinha um processo, aí chegou para mim: "Fulano, o que eles quiserem a gente dá, senão eu vou me foder.", eu falei: "Cara, eu já vim preso pra cá pra não dar nada.", "Não, eu pago.", ele não tinha nem como pagar, coitado. Aí por função dele, a gente deu o dinheiro. Eles arrumaram até carro pra (deixar a gente aqui). (Entrevista concedida pelo entrevistado 01, em 14 de jan. de 2021).

A entrevista revela uma outra face da polícia nesta época, além de criminalizar os favelados, os policiais que tinham base no posto policial da Rocinha, extorquiam os moradores, e sobretudo, os comerciantes. Donos de biroskas tinham

que lidar com as ameaças. Os policiais passavam no comércio local pedindo dinheiro sob ameaças de prender quem não liberasse dinheiro. Da mesma forma acontecia quando abordavam moradores jogando baralho, sem carteira de trabalho ou até mesmo quando estes estavam na rua após determinado horário da noite.

O entrevistado, José Martins, continua abaixo o seu relato, sugerindo sobre o motivo da presença constante da polícia na favela.

Para ganhar dinheiro. Não só o posto, mas a 15ª DP vinha aqui [...] eu tive uma birosca aqui também que eu esqueci de falar, nesse período [...] e a polícia estava sempre lá perturbando [...]. A 15ª fazia ronda toda noite. Toda noite eles vinham. O carro descia pela Rua 1, entrava aqui lá do Boiadeiro, captava um dinheirinho por aqui. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

Dessa forma, percebemos que a presença de miliares na favela se dava em diversas dimensões e nas mais diferentes formas de controle sobre os favelados na Rocinha. Apresentaremos agora a partir das falas dos entrevistados e de documentos encontrados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional, mais uma prática comum à época, a busca pelos chamados favelados subversivos.

De acordo com as memórias compartilhadas pelos entrevistados, nota-se que a polícia tinha também uma outra função ao subir à favela da Rocinha durante os anos de ditadura. Tratava-se do esforço de procurar possíveis grupos comunistas que pudessem estar atuando junto à Associação de Moradores ou em outras iniciativas comunitárias. Os relatos revelam que os militares adentravam até mesmo na igreja durante as missas para terem informações do que o padre estava a falar aos moradores. As entrevistas abaixo expõem parte da atuação dos militares na Rocinha.

Eu lembro que eu fui fazer a reunião pra discutir a água na igreja, em 67, não... 72, 70 e pouco [...] e aqui em frente morava um PM, eu nunca vi ele fardado, mas morava um PM, vi a carteira dele algumas vezes. Aí ele falou comigo, eu vim chamar ele como proprietário para uma reunião, "Essa reunião na igreja, é bom ter cuidado, porque só podem ter 3 pessoas no máximo, mais de 3 [...] aliás 3 já é reunião, até 2 no máximo, você sabe disso, tu anda aí pela igreja, tu sabe dessas coisas. Não vou lá, não, que não quero saber.", aí depois eu soube que na missa do Cristiano vinha muito o cara do DOPS visitar. Para ver o que pode falar na missa. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

A gente tinha que ter uma certa prudência com aquilo que a gente podia falar, por exemplo, porque tinha alguém vigiando quando eu estava falando lá na missa. Nunca pensei [...] eu conheço mais ou menos as pessoas. Claro que sempre pode ter alguém que eu não conheço [...] tinha até um pouco de dúvida que realmente

tinha alguém [...] agora, que a gente vivia isso, a gente vivia de fato [...]. E quando as coisas iam mudar? Eu nunca participei muito ativamente nem de nenhum partido. Sim, sempre fui simpático, mas, primeiro, como padre não é bom, porque você está para com a comunidade toda, e mesmo na Rocinha vai ter gente que está a favor de um, está a favor do outro, então o padre que diz: "Eu sou PDT", "Eu sou PSDB", "Eu sou PT", mas eu não sou, então eu fiz questão, isso realmente eu resolvi e eu falava isso para as pessoas. Claro que eu quero que as coisas mudem [...] mudar em função da gente, mas eu nunca participei ativamente, nunca fui participante de nenhum partido. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Eu sei de uma senhora, dona Antônia, a filha dela tinha um prédio aqui, um dos primeiros comerciantes da Rocinha... dona Antônia, foi da associação de moradores, e foi presa. Foi presa saindo da associação, os caras pegaram ela. Ela tinha um genro, parece que da polícia, foi a salvação dela. Ela rodou um dia e uma noite. Chegou lá, sabiam que ela estava na associação [...] não podia. A partir dela acabou. Acho que ela veio ainda e ficou um tempo, aí a família insistiu para ela sair [...] bom, primeiro ficou parado, se não me engano 13 anos. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

As falas dos entrevistados apontam que para além do recrudescimento da política de remoções nessa época, outras formas de atuação do Estado militarizado em sua relação com as favelas se manifestaram pelo controle excessivo aos favelados. No caso específico da Rocinha, nota-se elementos de memórias que evidenciam para a prática de repressão política na favela. Forma de violência ainda pouco analisada quando se discute sobre o contexto das favelas durante a ditadura militar.

Encontramos no recorte do documento abaixo do Fundo do Conselho de Segurança Nacional, datado de 1969, informações de um inquérito das forças militares que exemplificam esta busca de frear possíveis grupos comunistas, opositores à ditadura e com atuação nas favelas.

No mesmo termo de declarações, alonga-se detalhadamente o Soldado LÁZARO ROBERTO MARQUES MENDES nos fatos que o levaram a engajar-se neste Movimento Revolucionário de Caráter Marxista-Leninista, citando como principais responsáveis no setor onde estava Organizado a FAVELA DA ROCINHA, IVENS MARCHETTI DO MONTE LIMA, HELENA BOAVENTURA NETO, FRANCISCO ANDRADE e SELEDINO NUNES DE OLIVEIRA, que para os atos do Partido, este último, usava o pseudônimo de RAUL e outras vezes PROFESSOR RAUL, bem como os outros integrantes da Organização de nomes CHICO, PEDRO, MAX e DEDE, estes últimos residentes na FAVELA DA ROCINHA, sendo MAX Tesoureiro da ASSOCIAÇÃO DOS FAVELADOS DA ROCINHA.

Ainda segundo o Soldado LÁZARO, IVENS MARCHETTI DO MONTE LIMA, na qualidade de assistente político do grupo, incumbiu-o a ele, LÁZARO de comprar uma Metralhadora de sua Unidade Militar, o que resultou nos entendimentos do Soldado LÁZARO com o Soldado LUIZ CARLOS PEREIRA para aquisição desta arma, o que foi efetivada mediante o pagamento de NCr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos) ao Soldado LUIZ CARLOS PEREIRA e com o conhecimento do ex-soldado WALDIR DA SILVA REIS, que acompanhou para fora do quartel o soldado LUIZ CARLOS PEREIRA, este último portando a Metralhadora, quando foi efetuada a transação.

Figura 6 – Recorte: documento 1.

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo CSN, notação BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_PAI\_1514\_d0001de0001.

O documento revela uma investigação dos militares em torno do que seria um grupo revolucionário de oposição à ditadura, organizado por integrantes favelados, um deles, citado como Max, é apontado como tesoureiro da Associação de Moradores da Rocinha. No documento completo, Seledino Nunes de Oliveira é apontado como assistente de um grupo radical da Rocinha, intitulado pelos militares de Movimento Revolucionário à Mão Armada no Brasil.

Neste documento do Fundo do Sistema Nacional de Informação, encontramos mais uma vez o nome de Seledino Nunes de Oliveira, conhecido pelo pseudônimo de “Professor Raul”, mais uma vez apontado pelas forças militares do exército como integrante de uma célula comunista organizada na Rocinha.

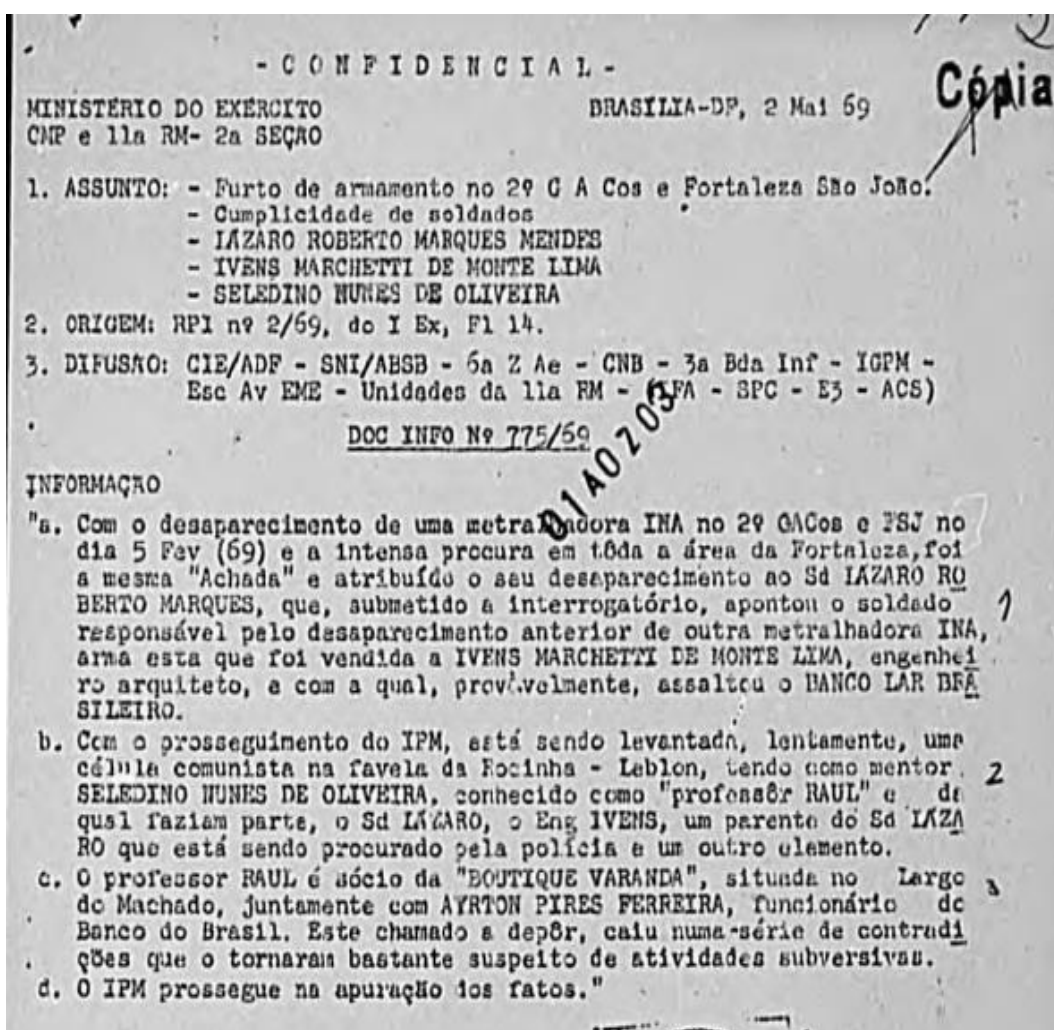


Figura 7 – Recorte: documento 2.

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_69002832\_d0002de0002.

De fato, nos parece que o controle policial sobre o cotidiano favelado foi intenso da Rocinha e acontecia a partir das diferentes esferas miliares de poder. Um dos principais achados desta pesquisa, as falas recolhidas nas entrevistas foram acompanhadas de uma expressão ainda de medo, de incomodo ao falar, de vozes embargadas ao lembrarem o episódio que marcou a trajetória de resistência de um grupo de moradores, incluindo um padre, ambos moradores da Rocinha e autuados pelos militares para averiguação no Departamento de Ordem Política e Social – DOPS.

Essas memórias foram compartilhadas durante as entrevistas e podem ser revisitadas abaixo.



E você sabe mais onde eu fui parar? Na DOPS [...] eu já estava na sala de aula, chegou a DOPS para me levar [...]. Porque o Cristiano era estrangeiro e ele fazia muito trabalho na rocinha [...] tudo ele estava no meio. E é meu amigo. Ele foi também para a DOPS. Fui eu, o Oliveira, o Cristiano e uma outra pessoa, e só eu de mulher né? Mas, na hora, eu tinha que contar tudo que eles perguntavam. Às vezes eles repetiam uma coisa três, quatro vezes, mas deus estava ali comigo. Tudo, enquanto foi para falar sobre o Cristiano, que era estrangeiro, aí apertou mais né? E tinha o doutor Rocha Brás, que era o advogado nosso e foi professor de um agente da DOPS, foi o que segurou bem nós lá dentro. (Entrevista concedida pela entrevistada, Gonçalves, em 11 de fev. de 2021).

Então nunca falei muito dessa história. Mas então fomos chamados na DOPS. Aí claro que o bispo disse: "Não, mas aí alguém vai junto", então chamou um padre que nos acompanhou, e foi toda a diretoria da ASPA, mais eu, fomos na DOPS. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Eu fui convidado ao DOPS uma vez. O cara queria saber por que eu limpava a vala. Falei: "Ué, para ficar limpa." foi 79/80 [...] perguntou um monte de coisa [...] aí me perguntou se eu conhecia um tal de Charuto - eu até conhecia, mas não sabia quem era. Charuto era um que vinha, acho que de Cuba, eu falei para ele. Não ué, o charuto que eu conheço é um que fuma, que o cara fuma, então [...] ele falou: "Esse cara é o chefe do tráfico e você não conhece.", eu falei: "Mais um motivo para eu não conhecer, eu não uso drogas. Se o senhor me perguntar onde é o dono do açougue eu sei, onde é o cara dos armarinhos, eu sei, o cara da farmácia eu sei. Esse cara aí eu não vou saber.", o cara era um delegado, não vou saber o nome: "Vem cá, o homem aqui está difícil, não sabe de nada, não viu nada. O que faz com ele?", "Ah, manda embora.". (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

Percebemos que ambos os moradores chamados eram ativos nas experiências de mobilizações da Rocinha na década de 60 e 70. O relato de um dos entrevistados descreve um grupo de moradores levado ao DOPS. Esses faziam parte da diretoria da Ação Social Padre Anchieta - ASPA, iniciativa de base comunitária, ligada à Igreja Católica, fundada em 1949. Nessa época, a ASPA desenvolvia um conjunto de ações assistenciais e educacionais na Rocinha.

Durante a entrevista aparecem nomes como o do Padre Cristiano, que na época fazia parte da ASPA e também foi um dos principais mobilizadores do mutirão de limpeza das valas no final da década de 70 e chegou a morar na Rocinha durante alguns anos. Além disso, outro nome que aparece é o de Oliveira, morador da Rocinha, comunista, conhecido como um dos grandes responsáveis do Movimento de Organização e Reorganização da Associação – MORA<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> No trecho do Livro "Varal de Lembranças", Antônio de Oliveira Lima fala sobre o MORA: "Pra fazer as eleições, nós criamos o MORA, no sentido de reorganizar a Associação de Moradores da Rocinha [...]. A gente pretendia realizar eleições na Associação dos Moradores porque a diretoria anterior, da Silvana com a Eleonora, tinha prorrogado o mandato. De três anos para cinco anos. Ver: Segala (1984, p. 112).

Um outro elemento de memória nos chamou atenção em uma das entrevistas, já que aponta para uma estratégia dos favelados para lidarem com o controle dos militares sobre o cotidiano na favela. O que tornava ainda mais complexo, organizar reunião na Rocinha durante a ditadura, já que o risco de serem apontados como subversivos e/ou comunistas opositores ao Governo ditatorial era enorme. Esse assunto aparece na fala do entrevistado, Oliveira, quando perguntado sobre onde realizavam reunião, ele relembra.

Num bar lá na Estrada da Gávea, abaixo do ponto de ônibus [...] a gente inventava de beber cerveja, mas ia era fazer reunião [...]

Eles iam atrás da gente, onde eles desconfiavam que tinha um comunista, eles estavam atrás dele. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Oliveira, em 09 de fev. de 2021).

Este curto relato de memória nos possibilita um exercício de reflexão sobre as formas de resistência social na favela durante a ditadura, nos traz um olhar simbólico sobre o que representa o boteco, a birosca, o barzinho na favela.

E, por isso, amplifica o nosso olhar para estes espaços favelados, locais onde os trabalhadores da favela param, dialogam, analisam o seu cotidiano, discorrem sobre suas bandeiras de lutas, criticam a recusa do Governo para reconhecer direitos nos territórios de favelas. Eles constroem vínculos, a partir deste lugar de constante articulação e também de mobilização política, já que ali, há um exercício coletivo de olhar para o cotidiano, por meio do movimento de se perceber como “sujeito político”<sup>38</sup>.

Sugere-se que a organização dessas experiências de mobilizações políticas na Rocinha partiu de muitos encontros em diversos locais da favela, em que parte deles teve como pontos de articulação o bar. Abaixo compartilhamos mais elementos de memórias do dia em que os favelados foram parar no DOPS.

É engraçado que Cristiano foi com um bando de gente, e o cardinal falou que ele não queria o padre envolvido em escândalo de polícia, não. Ele falou: então você manda soltar todo mundo da Rocinha que chamaram, que eu vou ter que ir com ele, a chamada é para todo mundo. Gonçalinho foi. Finada Silvana [...]. (Entrevista concedida pelo entrevistado, José Martins, em 14 de jan. de 2021).

Aí eu digo: "Meu deus do céu, será que eu vou [...], mas eu não vou, não, porque deus é maior, e eu não fiz nada", eu só comigo conversando, e o Cristiano sentado assim do meu lado, e eu tudo direitinho respondendo a eles [...]. Eu digo: "Estou

<sup>38</sup> Ver: Schawarcz; Starling (2018).

com muita fome, porque eu ainda nem almocei nem nada". Acredita que trouxeram um café? Na DOPS, trouxeram um café. Aí chegou o advogado, disse: "O que estão fazendo aí com os meus clientes?", desse jeito. Depois chegou, mandou todo mundo para casa [...], mas, olha, meu filho [...] eu fiquei com medo [...] eles torturam [...] passamos no quarto das torturas, onde tinha [inaudível] isso assim, uma coisa [...] acredita? mas eu estava com tanto medo, tão impressionada, quarto escuro [...] era escuro [...] sumiu um amigo meu que até hoje nunca mais [...]. (Entrevista concedida pela entrevistada, Gonçalves, em 11 de fev. de 2021).

É, aqueles tesourão [...] você sabe que a DOPS era pra matar. (Entrevista concedida pela entrevistada, Gonçalves, em 11 de fev. de 2021).

A entrevistada, Gonçalves, lembra com muita dificuldade a ida ao DOPS. Durante a entrevista, percebemos que há muita dificuldade para falar deste assunto. A voz da entrevistada embargava, os olhos estavam literalmente arregalados, as frases em vários momentos ficavam incompletas. Notamos um certo nervosismo, acompanhados do tom de voz baixo, como de quem tem receio de ser ouvida, ou punida por estar relatando sobre tal episódio. Por isso, fomos cuidadosos com essas memórias e evitamos insistir em voltar nesses relatos. Utilizamos como elementos de memória, o que pode ser entendido a partir dos áudios transcritos.

Abaixo, o entrevistado, Cristiano Camerman, continua a rememorar a ida do grupo ao DOPS.

E, bom, aí chegamos lá na DOPS, claro que com um padre do bispo lá, esse padre claro que eles tinham que cuidar um pouquinho, porque não iam ficar contra o bispo. Tudo bem, aí claro que queriam entrevistar o Cristiano, mas estamos aqui todo mundo, então queriam entrevistar, "Não, estamos aqui todos juntos", aí todos juntos pelo menos participaram, mas perguntaram mais a mim. Então também me perguntaram: "Você tem alguns jovens médicos que trabalham com vocês?", e, de fato, naquela igreja antiga, toda quebrada lá, a gente tinha organizado alguma coisa que tinha um médico que vinha um dia de manhã, outro vinha outro dia à tarde, mas, de fato, esses médicos foram honestos, porque pelo menos alguns deles me falaram que eles eram comunistas. Bom, falar isso para um padre que era comunista [...] era um pouco esquisito, mas pelo menos gostei que eles me falassem. "Não, tudo bem, mas faça o seu trabalho de médico. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Fizemos um bom trabalho, e, então, alguém deve ter falado que o Cristiano trabalhava com comunistas. Aí eles me perguntaram: "O senhor pode dar o nome dessas pessoas?". E, honestamente, eu não sei se sabia o nome completo, eu sabia o nome, não o nome completo, eu não sei. Eu também inventei [...]. Mas, enfim, uma série de coisas... (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Chama atenção nas entrevistas o seguinte fato de até o padre ser alvo da repressão política dos militares na Rocinha.

Sugerimos que esta prática tenha relação com o fato de alguns religiosos da época tinham proximidade com a Teologia da Libertação e eram atuantes nas Comunidades Eclesiais de Base. Tal experiência aproximava muitos padres de uma vivência comunitária, em que esses apoiavam as experiências de mobilizações faveladas, com vistas às reivindicações em torno de melhores condições de moradia. Por isso, evidenciamos ser um motivo de incomodo do Estado militarizado, causador de perseguições e ameaças.

Como tinha o bispo Dom Eugênio Salles [...] em todo caso, uma pessoa que respeitava os casos, mesmo que provavelmente não devia gostar muito da minha maneira de agir [...] quer dizer, já existiam, naquela época, as igrejas bem mais no interior, as comunidades eclesiais de base, tudo isso. Como jesuíta, eu nunca falei muito que fazia parte de comunidade eclesial, é exatamente o que eu fazia, mas não falava muito sobre isso. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Notamos que o foco das averiguações dos militares era de fato buscar possíveis grupos comunistas que estivessem subindo o morro, organizando quaisquer reuniões nas favelas. Essa informação sobre a presença de comunistas na Rocinha, é confirmada pelo entrevistado, Cristiano Camerman.

Reuniões comunistas, como alguns dos médicos me falaram que era comunistas, eu pensei, provavelmente, em algum lugar devem se encontrar. Eu não fiz muita questão. Eu respeitava: "Vocês querem ser comunistas [...], mas, por favor, não interfiram com a igreja", e eu acho que eles foram honestos. Por exemplo, quando alguma vez, como eu falava para você, sábado e domingo a gente estava um pouco complicado e tal, teve alguma vez que "Vamos subir a Pedra da Gávea", "Vamos dormir na Pedra da Gávea", então falei com todos os jovens que faziam parte do grupo dos jovens, falei com todos os pais: "A gente pode subir na Pedra da Gávea, eu vou junto", "O padre vai junto", então não dormimos nada, passamos a noite sem dormir, descemos de manhã cansadíssimos, fomos na praia, e tinha, junto conosco, também uma médica, que era também comunista, então foi lá junto também. Eu nunca falei que era comunista, mas que também não fazia questão de dizer. Ela fazia parte do grupo dos jovens [...]. Quase que ela morreu no mar, porque entrou no mar, depois o mar estava um pouco mais agitado, a gente teve que salvar, aí fomos ajudar para sair. Eu nado bem, fui lá ajudar, aí graças a deus [...] salvamos ela também. Então isso me lembra que, de fato, eles, de alguma maneira, estavam presentes. De que eles participavam, honestamente, eu nunca participei de uma reunião deles, eu também não fazia questão de ir lá participar, mas respeitava eles, podia ter um do PC do B, podia ter um do PC. Procurava entender um pouco quem era, até hoje tem pessoas do PC do B que eu acho interessantes. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

Deste modo, entendemos que o controle do cotidiano nas favelas por parte dos militares aponta para práticas arbitrárias que podem ser configuradas como formas de repressão política aos favelados e aos grupos comunistas que apoiaram as mobilizações políticas faveladas à época. A perseguição aos comunistas, como revelam os documentos, abrem um extenso campo de análise, no qual as memórias do que representou o período de ditadura nas favelas, apontam para uma enorme atuação política nas favelas. A atuação do Estado militarizado nesses espaços impactava o cotidiano dos moradores e, como mencionamos anteriormente, delimitou parte das formas de mobilização política, que se manifestaram em lutas por melhorias locais em espaços não institucionalizados, como as associações de moradores. Foi interessante notar também que mesmo os espaços de reuniões, como os bares, eram estratégias para fugir do controle estatal.

#### **4.4.**

#### **Disputas entre as lideranças comunitárias da Rocinha**

Durante as entrevistas também foi possível perceber que as experiências de mobilizações da Rocinha foram repletas de disputas internas entre os moradores e as pessoas ligadas às diferentes iniciativas comunitárias, que são, por vezes, descritas como subversivas, grilheiros, matadores, corruptos ou apontadas como aliadas do Governo militar etc. A Associação de Moradores da Rocinha, durante o final da década de 70 e início dos anos 80, passou por um período de constantes conflitos.

As disputas entre as lideranças aparecem nas falas dos entrevistados, a maioria dessas memórias discorre sobre um período em que as lideranças comunitárias tensionavam sobre o campo associativo, representado pela UPMMR. Não nos cabe aqui apontar e nem escolher um lado diante dessas disputas, mas também decidimos não fugir delas, já que essas estiveram e ainda estão presentes no cotidiano da Rocinha até hoje, porém diante de uma nova conjuntura.

Evidenciamos que há uma relação entre as disputas internas na Rocinha e o próprio controle das forças militares sobre a favela, já que encontramos documentos com informações que revelam total acesso dos militares sobre os detalhes cotidianos das disputas entre as lideranças comunitárias, em sua maioria, em torno da UPMMR neste período.

Além disso, os entrevistados apontaram a existência de pessoas que faziam parte das mobilizações na favela e que tinham proximidade com as forças militares. Essas informações são sugeridas pelos entrevistados, a partir de memórias sobre possíveis denúncias feitas aos militares, sob acusação de que havia favelados ligados à grupos comunistas e subversivos. A fala do entrevistado, Oliveira, retrata os conflitos “Ah, muita denúncia e denúncia de Eleonora, denúncia dessa outra, Maria Helena, e aí a gente foi parar no DOPS”. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Oliveira, em 09 de fev. de 2021).

No trecho da fala do entrevistado percebemos dois nomes que figuram nesse momento de disputas. O primeiro é de Eleonora, nome que escolhemos destacar por ter sido citado em todas as entrevistas realizadas. Os relatos apresentam Eleonora como uma das protagonistas das disputas internas da Rocinha nessa época.

Alguém deve ter falado para você da Leonora. Então chegou a Leonora, e Leonora era que nem você, era aluna de teologia da PUC. É engraçado, não é? Aluna de teologia, quer dizer, a princípio bem católica, mas ela fazia isso com outras razões. Bom, eu nunca soube, nunca pensei que ela podia estar ligada às comunidades, e ela era uma pessoa muito ativa [...] ela ia bastante, e ela participava das reuniões da ASPA. [...] E ela participou muito ativamente da Associação de Moradores, e a Associação de Moradores realmente começou a funcionar, então eu me interessei, disse: "Graças a deus, está começando a funcionar" [...]. Eu achava legal, então no início eu participei. Depois, eu senti que tinha uma certa oposição [...] participei um pouco menos, mas participei. (Entrevista concedida pelo entrevistado, Cristiano Camerman, em 03 de fev. de 2021).

A Eleonora era uma mulher já não tão jovem, alta, ela já estava quando a dona Silvana e acabou ficando por lá perto da Silvana, ela se sentia a própria dona da associação. Ou seja, teve aqueles apoiadores porque no mundo, não só da Rocinha, mas eu falo mais da Rocinha que aqui que eu conheço mais e convivo, tem sempre os puxa-saco, tem sempre os coniventes, tem sempre os que se troca por favores e por benefícios, seja de órgão público ou de alguém que possa ajudar também. Acho meio polêmico, porque com isso muita gente que participava do nosso trabalho, eu sei que a vida de um tempo para cá mudou muito, a dificuldade é maior para todo mundo, mas muita gente se afastou do trabalho social. (Entrevista concedida pela entrevistada, Chica da Rocinha, em 05 de fev. de 2021).

Identificamos outros nomes em diversos documentos confidenciais das forças militares, que pareciam estar cientes das disputas ocorridas nesta época. Abaixo compartilhamos o documento que discorre sobre os conflitos na Rocinha, mais especificamente em torno da UPMMR, com todo um histórico de disputas entre as lideranças no final da década de 70.

Em 1977 era Assessora de Relações Públicas da UPMMR, sendo que anteriormente lecionava na AÇÃO SOCIAL PADRE ANCHIETA (ASPA).

Após assumir o cargo na UPMMR passou a tomar todas as iniciativas, intrometendo-se em deliberação que não lhe competia e criando uma série de problemas com elementos da própria Diretoria, da Comissão de Luz da ASPA e com diversos moradores da Favela da ROCINHA.

Em Ago/79 surgiu um problema interno na Direção da UPMMR: SILVANA NUNES DE ARAUJO PORTO licenciou-se da Presidência por motivo de saúde e SEBASTIÃO SOARES assumiu o cargo, por influência de ELEONORA, que se manteve com a pessoa mais importante da entidade, enquanto seu irmão JOÃO CARLOS CASTAÑO FERREIRA passou a responder pela Tesouraria da UPMMR, administrando seus bens, na qualidade de contador.

Quando SILVANA quis reassumir as funções, ELEONORA opôs-se, alegando que a Presidente não estava em condições. SILVANA acusou-a de cometer diversas irregularidades e convocou a Diretoria para uma reunião, realizada em 06/Jan/80, quando ELEONORA foi destituída do cargo de Assessora de Relações Públicas.

Inconformada, ELEONORA convocou uma reunião do Conselho Administrativo da Entidade para o dia 20/Jan/80, quando foi deliberado a destituição de SILVANA.

Na ocasião desses acontecimentos a Senhora CASTAÑO tentou impor sua vontade aos integrantes do DPO/ROCINHA que no seu entender estariam "protegendo" o Pastor ALMIR GUIMARAES, a quem ela havia anteriormente chamado de "grileiro".

Figura 8 – Recorte: documento 3.

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81015096\_d0001de0001.

Encontramos uma reportagem do Jornal Hora do Povo, datada de 1980, que relata sobre as disputas internas na Rocinha. De acordo com a mesma matéria, fica evidente que os mesmos tensionamentos também aconteciam em outras favelas da cidade e no próprio movimento de favelas, representado pela Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ, antiga FAFEG.

No último dia 22, às 18h30 horas, um grupo de cabos eleitorais chaguistas, dirigidos por Eleonora Castanho Ferreira, um boneco que os chaguistas colocaram na favela da Rocinha para atazanar a vida da comunidade, agrediram Francisco Carneiro, candidato a vice-presidente da União Pró-Melhoramento dos Moradores da Rocinha (UPMMR) nas eleições que se realizarão no próximo dia 6 de julho. Segundo Francisco, o bando chaguista, depois de agredi-lo e ameaçá-lo, invadiram sua casa, e armados de paus e pedras, quebraram vidros e danificaram objetos caseiros. A agressão ao candidato a vice-presidente pela chapa MORA é mais um episódio da tentativa dos chaguista de impedirem as eleições para renovação a diretoria da APMMR. Nas vésperas das eleições, somente a chapa do MORA, um

movimento que há muito tempo vem lutando pela renovação da União dos Moradores da Rocinha, está inscrita. Os chaguistas, sabendo que não tem condições de ganhar as eleições, pois estão cada vez mais desmascarados, querem impedir sua realização tentando criar uma outra APMMR instalada na casa de um cabo eleitoral chaguista, e com o pronto reconhecimento do prof. Ferrão, diretor da Fundação Leão XII (a Fundação Remoção). Mas está sendo inútil o atentado dos demagogos contra os mais de 100 mil moradores da favela da Rocinha. A verdadeira APMMR continua funcionando na Estrada da Gávea, 523 - Travessa União, 37 - Cidade Nova, e Paulo Sergio Farias, candidato a 1º Secretário da chapa do MORA explica que "os chaguistas estão com medo de disputar eleições, por isso ficam criando entidades paralelas nas comunidades, para tentar dividir os moradores. Isso que está acontecendo aqui na Rocinha não é um fato isolado, estão tentando fazer a mesma coisa com a FAFERJ, com o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu, e em outros lugares. Nós Favelados não admitimos pessoas como essa Eleonora venha querer dirigir nossa comunidade. Não permitiremos que nos dividam, nosso interesse é um trabalho unitário, voltado para os interesses da comunidade. Na plataforma da chapa que deve ganhar as eleições para a APMMR destaca-se a luta pelo título de propriedade de terra, luz direta da Ligth, água direta da CEDAE, canalização de valas e melhorias dos transportes. Para Antônio de Oliveira Lima, candidato a presidente "os chaguistas estão desesperados, mas vamos em frente de qualquer jeito. Esta união dos moradores fantasma que criaram com o apoio do prof. Ferrão da Fundação, não vai a frente, porque sabemos que os moradores estão com a gente." (Acervo do Arquivo Nacional, fundo SNI, notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_80010857\_an\_01\_d0001de0001).

Essas disputas, envolviam lideranças e suas representações político partidárias da época. Em nossas análises não aprofundamos essa relação entre as lideranças e os partidos políticos da época, mas compreendemos como mais um fator de análise importante para o entendimento da arena político partidária em disputa, mediante o contexto de abertura para a construção das bases democráticas do país, com notória ebulição dos movimentos sociais, partidos e sindicatos.

Fato que explica as disputas na associação de moradores da Rocinha, as oposições em torno de projetos distintos para o movimento associativo. Nesse período, buscou-se um novo associativismo crítico, avesso as relações clientelistas dos anos anteriores entre políticos e favelados, reproduzida também por meio de práticas de controle negociado a partir das ações do Estado militarizado nas favelas.

Apesar de não termos nos aprofundado nas análises sobre as disputas entre as lideranças comunitárias da Rocinha, percebemos a partir do acesso aos documentos da época, que o resultado desses conflitos causou mortes, medo, prisões, divisões e enfraquecimento da luta coletiva na Rocinha e em outras favelas.

Talvez, seja necessário retornarmos nesse assunto, a partir de registros de memórias desses acontecimentos, com todo o cuidado necessário para não colocarmos o próprio favelado no lugar de algoz, diante de ações que podem ter



sido provocadas pelo próprio histórico desigual determinante da relação entre o Estado e as favelas.

## 5 Considerações Finais

Esta dissertação nos possibilitou ampliar o olhar sobre os efeitos da ditadura militar sobre as favelas cariocas, em nosso caso, este exercício de análise foi possível a partir do resgate de memórias faveladas sobre as experiências de mobilizações na Rocinha, acessamos vozes da favela que durante todos esses anos, mesmo após o fim do regime militar no país, continuaram silenciadas e com risco de serem apagadas pela invisibilidade e tempo. Também notamos a existência de lacunas presentes nas análises sobre a atuação do Estado militarizado nas favelas nesse período. Além disso, percebemos a memória social como um importante elemento a ser analisado, a fim de que possamos ampliar o que de fato aconteceu nos morros da cidade à época.

Entendemos que a política urbana pensada para as favelas durante a ditadura militar, teve como pano de fundo o movimento de construção social da favela enquanto “problema” a ser erradicado no contexto urbano da cidade. Esse processo resultou na implementação de um programa de remoções em escala Federal que ao longo das décadas de 60 e 70, erradicou diversas favelas, causando a remoção de milhares de favelados que foram transferidos para os conjuntos habitacionais distantes dos antigos locais de moradia.

Percebemos a importância das diferentes iniciativas que atuaram no movimento de favelas à época, buscando apoiar os favelados em suas bandeiras de lutas, como acesso à água, luz e saneamento. Notamos a presença da Igreja Católica na organização das lutas faveladas da Rocinha como uma importante forma de apoio. Notamos um crescente processo de militarização das favelas no período em estudo, em que as remoções aconteciam de forma arbitrária, violenta e criminosa. As favelas localizadas na zona sul da cidade, em virtude do processo de valorização da área e da própria especulação imobiliária em crescimento na época, foram alvos principais do Estado em seu plano de erradicação das favelas.

Identificamos que nesse interim, o Governo a partir dos seus aparelhos estatais, agiu de forma repressiva aos movimentos sociais de favela, buscando enfraquecer e impedir quaisquer formas de resistência favelada como respostas às

ameaças de remoções. Encontramos outros elementos que se compuseram como prática do Estado durante a ditadura na favela da Rocinha, levantamento de dados produzidos a partir das falas dos sujeitos que tiveram participação ativa no movimento associativo da favela nas décadas de 60 e 70.

Além disso, as memórias revelam um cenário de condições precárias de moradia na Rocinha da década de 60 e 70, situação de pobreza e desigualdade que nos pareceu convocar os favelados para a construção de bandeiras de lutas em torno do acesso à água, luz, saneamento e pelo direito de permanecer com urbanização e infraestrutura, em um movimento contrário às ameaças de remoção. Essa relação ficou evidente, quando os sujeitos desta pesquisa, compartilharam memórias de como chegaram até a Rocinha e de como se engajaram nas mobilizações da favela. Ambos tiveram experiências particulares a partir do cotidiano na favela, que de alguma forma os direcionou para a luta coletiva, a partir das mobilizações políticas.

Sobre a associação de moradores da Rocinha, a UPMMR, identificamos que a iniciativa foi alvo das forças militares, ficando sob junta governativa pelo período de uma década, momento em a associação teve suas atividades paralisadas, não houve eleições para composição de diretoria. Apenas em 76, foi organizada uma nova eleição, na qual uma nova diretoria foi escolhida, porém a presença dos militares a partir de práticas de controle desse espaço continuou a ser uma realidade.

Por isso, apontamos que a associação apesar de um espaço importante para a luta favelada, foi também um limitador das mobilizações políticas da Rocinha durante a ditadura. Com isso, os moradores tiveram que se mobilizar a partir de outros espaços, nos quais era comum a presença de aliados comunistas que foram duramente perseguidos. Esta relação dos favelados com grupos comunistas, ocasionou em diversas ações do Estado militarizado na favela e na intensificação do controle sobre o cotidiano dos favelados.

Com isso, verificamos que durante o regime os favelados foram alvo das forças militares e de um intenso controle social do cotidiano na favela que resultou em perseguição política, prisões, mortes e repressão política. Dimensão ainda pouco analisada nos debates sobre os efeitos da ditadura nas favelas e que acreditamos que esta pesquisa pode de alguma forma contribuir para que estas memórias pudessem ser compartilhadas, garantindo novas perspectivas de análises sobre este tema. Além disso, acreditamos que esta pesquisa também tem uma dimensão de contribuição para a salvaguarda e preservação das memórias faveladas

que revelam formas de resistência social.

Os relatos orais e documentais ao longo do estudo, nos fez conhecer elementos de memórias de sujeitos que foram protagonistas nas lutas faveladas da Rocinha, a partir da associação de moradores e de outras iniciativas comunitárias que durante a ditadura, tiveram um importante papel como movimentos de reivindicação de direitos na luta por moradia digna na favela. Essa volta ao passado, nos proporcionou conhecer histórias de sujeitos que foram também a expressão da resistência e da oposição à ditadura, a partir das mobilizações auto-organizadas na Rocinha durante o regime.

Portanto o movimento de retornar ao passado por meio dessas falas, nos fez lembrar da simbologia que vem da filosofia do povo africano de Akan, do pássaro de duas cabeças chamado de Sankofa. Não por acaso esse é o nome dado ao Museu de História e Memória da Rocinha. O Sankofa traz consigo a mensagem de que nunca é tarde para voltar ao passado, apanhando aquilo que ficou para trás. E o movimento de olhar para trás, de retornar ao passado, e assim aprender com ele, representa também acessar um campo de sabedorias contidas nestas memórias. O espelho destas memórias potencializa o olhar sobre o presente, e traz à tona a necessidade de olharmos para o futuro.

Entendemos inclusive que as formas de atuação e de organização da luta favelada, apesar de atualmente terem o apoio de outras ferramentas de comunicação como o uso da tecnologia, em vários momentos utilizamos de práticas antigas que foram comuns durante as mobilizações das décadas de 60 e 70. Por isso, o voltar ao passado, também nos revela que nem sempre o novo, se faz valer pelo tempo presente, há um novo que carrega em si uma força antiga, por vezes não lembrada ou se quer reconhecida, que traz uma capaz potente de continuar a gerar resistência.

Portanto, essa pesquisa para além da produção de conhecimento científico sobre o tema em estudo, trouxe também a oportunidade de um aprofundamento sobre as raízes da resistência favelada como parte da história da Rocinha, ainda no tempo presente, já que atualmente somos nós que estamos no papel de resistir, por isso temos buscado eternizar estas memórias e passá-las a diante. Esse campo de sabedoria e conhecimento acessado, potencializa as nossas próprias formas de atuação na favela hoje, memórias que continuam vivas, memórias que serão ecoadas pelos becos e vielas da favela, por todos os lugares do mundo em que tivermos o compromisso de falar de nossas lutas.

Durante a realização desta pesquisa, aconteceram algumas sincronicidades que acredito serem desdobramentos de uma força ancestral presente nas lutas da Rocinha, sabemos que falamos de uma Favela que foi também território indígena e que até hoje é um campo de resistência negra na cidade, uma favela que carrega em si todo um apanhado de lutas que é representado pela diversidade favelada que a compõe. Este estudo trouxe em si, a narrativa daqueles que saíram de terras nordestinas em busca de oportunidades e melhores condições de vida na antiga Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Expresso com muito orgulho que este também foi o mesmo percurso realizado por mim. Por fim, saudamos a resistência favelada na cidade.

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, I série, v. 14, p. 77-97, 1998.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMOROSO, M. **Caminhos do lembrar**: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel. 2012. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9609/TESE\\_MAUROAMOROSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9609/TESE_MAUROAMOROSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 05 set. 2021.

\_\_\_\_\_.; GONÇALVES, R. S. O advogado e os ‘trabalhadores favelados’: Antonie de Magarinos Torres e a prática política nas favelas cariocas dos anos 1950 e 1960. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, set./dez., 2016.

AVENDÃNO, J. L. H. Democracia, até onde? **Revista Nova América**, Rio de Janeiro, n. 163, 2019. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1430>> Acesso em: 09 jul. 2020.

BITTENCOURT, D. L. **“O morro é do povo”**: memórias experiências de mobilização em favelas cariocas. Niterói, RJ, 2012. 169p. Dissertação (Mestrado em História Social), – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense - UFF.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 8-25.

BRUM, M. S. I. **O povo acredita na gente**: rupturas e continuidades no movimento comunitário de favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Niterói (RJ), 2006. 217p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense - UFF.

\_\_\_\_\_. Da luta pelo solo urbano à negociação pela urbanização: associativismo em favelas cariocas na redemocratização. **Revista Perseu**, n. 6, 2011. Disponível: <<http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/206/165>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 357-379, jul./dez., 2012. Disponível em: <[http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/239/original/cm28\\_240.pdf?1474650655](http://cadernosmetropole.net/system/artigos/arquivos/000/000/239/original/cm28_240.pdf?1474650655)>. Acesso em: 9 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, a. XVI, n. 29, 2013.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. México: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

CORTÉS, A. **Favelados e Pobladores nas ciências sociais**: a construção teórica de um movimento social. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

COSTA, M. B. C. **A Rocinha em construção**: a história social de uma favela na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro, 2019. 254 p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DULCE, P; MARIO, G. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: Oliveira, L. L. (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, p.220-237.

FORTUNA, A.; FORTUNA, J. P. Associativismo na favela. **Revista de Administração Pública**, v. 8, n. 4, p. 103-152, 1974.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47. maio/ago., 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2020.

GÓMEZ, J. M. Crise da Democracia liberal, ascensão de forças e governos ultraconservadores. **Revista Nova América**, Rio de Janeiro, n. 163, 2019. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br/ong/?p=1430>> Acesso em: 09 jul. 2020.

GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. **Urbana**, Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-23, abr., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635115>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

\_\_\_\_\_.; AMOROSO, M. Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual. **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional, v. 27, n. 1, p. 209-226, [???]. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43130>>. Acesso em: 12 set. 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990, p. 9-17.

JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. (Ed.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 145-179.

JACOBI, P. “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: reflexões sobre a literatura nos anos 70 e 80”. **BIB**, n. 23, p. 18-34, 1987.

LIMA, L. P. A ditadura sobre o morro: reflexões sobre a violação do direito à cidade e os limites da justiça de transição. XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-Rio, 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466894648\\_ARQUIVO\\_textoANPUH\\_final.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466894648_ARQUIVO_textoANPUH_final.pdf)> Acesso em: 06 jun. 2021.

LIMA, N. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)**. Rio de Janeiro, 1989. 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política e Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO DA SILVA, L. A.; ZICCARDI, A. Notas para uma Discussão sobre ‘Movimentos Sociais Urbanos’. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, v. 2, p. 9-24, 1983.

\_\_\_\_\_. A política na favela. **Cadernos Brasileiros**, a. IX, n. 41, p. 35-47. maio/jun. 1967.

\_\_\_\_\_. A continuidade do “problema” da favela. In: Oliveira, L. L. (Org.). **Cidade: história e desafios**, Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, p. 220-237.

MINAYO, C. Ciência, técnica e arte. O desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. Vozes: Petrópolis, 2012.

OAKIM, J. **Urbanização sim, Remoção não: A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970**. Niterói, 2014.

\_\_\_\_\_.; PEDRETTI, L.; PESTANA, M. As favelas do Rio de Janeiro e a ditadura militar: remoções forçadas, repressão ao associativismo e controle social. In: GONÇALVES, R. S.; BRUM, M.; AMOROSO, M. (Orgs.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2021.

PESTANA, M. M. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre empresariado do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973)**. Niterói, 2018.

\_\_\_\_\_. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Niterói, 2013.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 02 out. 2021.



PORTELLI, A. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. v. 6. n. 2, p. 2-13. 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório / Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456p. Disponível em :< <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf> >. Acesso em: 10 set. 2021.

SCHERER-WARREN, I. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In \_\_\_\_\_ ; KRISCHKE, P. (Eds.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Cia das letras, 2018. p. 509-521.

SEGALA, L. **Varal de Lembranças**: história e causos da Rocinha. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1983.

TELLES, V. S. Ano 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos. In: KOWARICK, L. (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Passado e Presente; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem da favela.com (Locais do Kindle 16-18). Rio de Janeiro: FGV, 2015. (Edição do Kindle).

\_\_\_\_\_. **Passa-se uma casa**. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_.; ALVITO, M. (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

## 7

### Apêndices

#### 7.1.

#### Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista Oral

##### 1. Introdução

- A relação com a Favela da Rocinha

##### 2. Aquecimento

- A UPMMR
- A AMABB
- A Associação dos Moradores de Vila Cruzado e Laboriaux (narrativa de alguém local do laboriaux).
- As mobilizações a partir do movimento associativo
- As representações desse período: igrejas, partidos, e organizações sociais.

##### 3. Questões principais.

- As memórias sobre o período de 60/70 e início dos anos 80 – contexto de ditadura militar, a repressão aos favelados e a resistência social que foi possível de ser construída na favela neste cenário.
- A memória que você tem da relação do Estado e de sua política para as favelas no período de 60/70 e início dos anos 80.

##### 4. Questões secundárias.

- A retomada da UPMMR e a disputa política entre as chamadas lideranças comunitárias.

##### 5. Considerações e finalização.

- As associações de moradores hoje.

## 7.2.

**Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****Sujeitos da Pesquisa**

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

**“Memórias Faveladas em Tempos de Repressão: as mobilizações do movimento associativo na favela da rocinha no período da ditadura militar até o início do processo de redemocratização do país”**

Coordenação: Rafael Soares Gonçalves - Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social e Laboratório de Estudos Urbanos e Sócioambientais (LEUS/PUC-Rio) – Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea – Vila dos Diretórios, Casa 209 /

E-mail: rafaelsgoncalves@yahoo.com.br / Telefone: (21) 98461-5798

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **“Memórias Faveladas em Tempos de Repressão: as mobilizações do movimento associativo na favela da rocinha no período da ditadura militar até o início do processo de redemocratização do país”**, desenvolvida(o) por **Leandro de Castro Benicio** a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **98266-7045** ou e-mail: [leandro\\_castro10@hotmail.com](mailto:leandro_castro10@hotmail.com). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Rafael Soares Gonçalves. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **analisar as mobilizações do movimento associativo da favela da Rocinha durante o período da ditadura militar brasileira até o início do processo de redemocratização do país**. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da PUC-Rio. Minha colaboração poderá se fazer de forma anônima ou não, caberá informar ao entrevistador sobre a preferência. Por se tratar de uma pesquisa baseada na oralidade sobre contextos históricos das mobilizações na Rocinha, entendemos a importância de que os sujeitos desta pesquisa sejam nomeados, conforme seja autorizado pelos próprios. O acesso aos dados desta pesquisa, poderão ser analisados pelo pesquisador, orientador e serão cedidos para análise e arquivamento em banco de dados da PUC-Rio e do Museu Sankofa de História e Memória da Rocinha. Essa posição parte da visão de que os estudos sobre a Favela da Rocinha, precisam estar disponíveis aos moradores e demais sujeitos que participaram e contribuíram através da oralidade com a produção de conhecimento sobre a Favela. Dessa forma, os dados levantados

poderão contribuir com outras produções e análises que poderão ser realizadas e organizadas no arquivo do Museu local. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_